



EDMAURO SANTANA PEREIRA

Geografia da resistência camponesa: o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura do eucalipto no município de Conceição da Barra (ES)

São Paulo

2017

EDMAURO SANTANA PEREIRA

Geografia da resistência camponesa: o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura do eucalipto no município de Conceição da Barra (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Educação, Saúde e Cultura”.

Orientador: Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

São Paulo

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pereira, Edmauro Santana.

P436 Geografia da resistência camponesa : o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura do eucalipto no município de Conceição da Barra (ES) / Edmauro Santana Pereira. – São Paulo, 2017.
94 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2017.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Assentamento Paulo Vinhas (Conceição da Barra, ES). 4. Camponeses – Espírito Santo (Estado). 5. Comunidades agrícolas – Espírito Santo (Estado). I. Título.

CDD 301.350981322

EDMAURO SANTANA PEREIRA

Geografia da resistência camponesa: o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura do eucalipto no município de Conceição da Barra (ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Educação, Saúde e Cultura”.

Orientador: Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. João Rodrigues Pinto (Instituto Federal Baiano)

Profa. Dra. Noêmia Ramos Vieira (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 17 de julho de 2017

Aos meus pais e familiares pelo apoio constante.
Aos meus filhos: Gabriela, Camila e Davi, três fontes de amor incondicional
À minha companheira de todos os momentos, Laurení, ternura.
Aos educadores da Escola do Cedro pela motivação.
Aos meus alunos pela compreensão.
A todas as famílias camponesas do Assentamento Paulo Vinhas pela excelente
contribuição.

AGRADECIMENTOS

À Deus! Autor da vida!

Aos professores da UNESP.

À minha orientadora Profa. Dra. Mírian Claudia.

Ao Setor de Educação do MST.

À Direção Nacional do MST .

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/PRONERA).

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de verificar o processo de resistência da Agricultura Camponesa do Assentamento Paulo Vinhas e suas interfaces com a organização social e espacial na ressignificação da territorialidade e da luta pela terra. Os sujeitos pesquisados são os camponeses assentados que residem ali desde a conquista da terra em 1996 e que vivenciam no cotidiano as contradições entre a agricultura camponesa e a convivência com a monocultura do eucalipto no entorno do assentamento. Essas contradições, que se evidenciaram ao longo do processo de demarcação dos lotes, da seleção das famílias e do assentamento, referem-se à organização do espaço agrário e suas metamorfoses, em especial ao sistema de moradia nas agrovilas e o trabalho nos lotes demarcados. A pesquisa busca identificar, analisar e descrever o trabalho na agricultura camponesa realizada pelos assentados e, paralelamente, a predominância dos mesmos no trabalho assalariado em fazendas e empresas de celulose da região. Para a realização do trabalho nos apoiamos na pesquisa de campo com o objetivo de registrar a maior diversidade de aspectos da cultura camponesa, levando em conta, sobretudo, a história oral e cultural calcada em histórias de vida e depoimentos. A abordagem teórico-metodológica se deu a partir da utilização de conceitos e noções relativas à história da cultura e ao modo de vida camponês tais como: território, territorialidade, campesinato e agricultura camponesa. Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa dialoga com: a) a trajetória das famílias assentadas; b) os projetos para a permanência na terra, a produção, a educação; c) o processo/sentimento de pertença. O estudo preconiza, também, a relação entre capital agrário/agrícola (monocultura de eucalipto) e agricultura camponesa (representada pelo Assentamento). Entendemos que se trata de uma pesquisa dialético/pertinente uma vez que vêm contribuir com a “leitura geográfica dos movimentos camponeses” e leva em conta não só a viabilização do assentamento, mas também a sobrevivência da agricultura camponesa. Então podemos dizer que na cena do Assentamento Paulo Vinhas, o território não poderia ser nada mais que o produto dos sujeitos sociais, que criam/recriam modos de vida, cultura e pertencimento resultantes de um diálogo entre os sonhos, os projetos iniciais e a realidade vivenciada cotidianamente.

Palavras-chave: Assentamentos. Movimentos Sociais. Territorialidades. Agricultura Camponesa. Resistência.

ABSTRACT

This research aims to verify the resistance process of the Peasant Agriculture of the Paulo Vinhas Settlement and its interfaces with the social and spatial organization in the re-signification of territoriality and the struggle for land. The subjects studied are settled peasants who have lived there since the conquest of the land in 1996 and who experience in daily life the contradictions between peasant agriculture and the coexistence with the eucalyptus monoculture surrounding the settlement. These contradictions, evidenced throughout the process of demarcation of the lots, of the selection of families and settlement, refer to the organization of the agrarian space and its metamorphoses, especially to the housing system in Agrovilas and work in the demarcated lots. The research seeks to identify, analyze and describe the work in peasant agriculture carried out by the settlers and, in parallel, the predominance of the same in salaried work in farms and pulp companies in the region. In order to carry out this work, we rely on field research to record the greatest diversity of aspects of peasant culture, taking into account, above all, oral and cultural history, based on life histories and testimonials. The theoretical-methodological approach was based on the use of concepts and notions related to the history of the culture and the way of life of peasants such as: territory, territoriality, peasantry and peasant agriculture. In this perspective, the qualitative research dialogues with: a) the trajectory of settled families; b) projects for permanence on land, production, education; c) the process/feeling of belonging. The study also recommends the relationship between agrarian / agricultural capital (represented by eucalyptus) and peasant agriculture (represented by the Settlement). We understand that this is a dialectic / pertinent research since they contribute to the "geographical reading of the peasant movements", and takes into account not only the viability of settlement, but also the survival of peasant agriculture. So we can say that in the scene of the Paulo Vinhas Settlement, territory could be nothing more than the product of social actors, who create / recreate ways of life, culture and belonging resulting from a dialogue between dreams, Initial projects and the daily reality.

Keywords: Settlement. Social Movements. Territorialities. Peasant Agriculture. Resistance.

RESUMEN

Esta investigación verificó el proceso de resistencia de la Agricultura Campesina del Asentamiento Paulo Vinhas y sus interfaces con la organización social y espacial en la resignificación de la territorialidad y de la lucha por la tierra. Los sujetos investigados son los campesinos asentados que residen allí desde la conquista de la tierra en 1996 y que vivencian en el cotidiano las contradicciones entre la agricultura campesina y la convivencia con la monocultura del eucalipto en el entorno del asentamiento. Estas contradicciones, que se evidenciaron a lo largo del proceso de demarcación de los lotes, de la selección de las familias y del asentamiento, se refieren a la organización del espacio agrario y sus metamorfosis, en especial al sistema de vivienda en las agrovilas y el trabajo en los lotes demarcados. La investigación busca identificar, analizar y describir el trabajo en la agricultura campesina realizada por los asentados y, paralelamente, la predominancia de los mismos en el trabajo asalariado en haciendas y empresas de celulosa de la región. Para la realización del trabajo nos apoyamos en la investigación de campo con el objetivo de registrar la mayor diversidad de aspectos de la cultura campesina, teniendo en cuenta, sobre todo, la historia oral y cultural calcada en historias de vida y testimonios. El enfoque teórico metodológico se dio a partir de la utilización de conceptos y nociones relativas a la historia de la cultura y al modo de vida campesinos tales como: territorio, territorialidad, campesinado y agricultura campesina. En esta perspectiva, la investigación cualitativa dialoga con: a) la trayectoria de las familias asentadas; b) los proyectos para la permanencia en la tierra, la producción, la educación; c) el proceso / sentimiento de pertenencia. El estudio preconiza, también, la relación entre capital agrario / agrícola (monocultivo de eucalipto) y agricultura campesina (representada por el Asentamiento). Entendemos que se trata de una investigación dialéctica / pertinente una vez que vienen a contribuir con la "lectura geográfica de los movimientos campesinos" y tiene en cuenta no sólo la viabilidad del asentamiento, sino también la supervivencia de la agricultura campesina. En la escena del Asentamiento Pablo Vinhas, el territorio no podría ser nada más que el producto de los sujetos sociales, que crean / recrean modos de vida, cultura y pertenencia resultantes de un diálogo entre los sueños, los proyectos iniciales y la realidad vivenciada cotidianamente.

Palabras clave: Asentamientos. Movimientos Sociales. Territorialidad. Agricultura campesina. Resistencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Foto de Sebastião Salgado.....	21
Figura 2 –	Divisão político-Administrativa do Espírito Santo em microrregiões.....	23
Figura 3 –	Bacias Hidrográficas do Espírito Santo.....	24
Gráfico 1 –	Evolução populacional do Espírito Santo.....	39
Quadro 1 –	População rural e urbana do estado do Espírito Santo.....	39
Figura 4 –	Foto de Sebastião Salgado.....	40
Figura 5 –	Agricultura camponesa e agronegócio.....	43
Quadro 2 –	Relação dos assentamentos resultantes das negociações com o governo do Estado do Espírito Santo.....	51
Quadro 3 –	Assentamentos no município de Conceição da Barra.....	55
Figura 6 –	Uso e ocupação do solo no município de Conceição da Barra.....	57
Figura 7 –	Foto de Sebastião Salgado.....	59
Figura 8 –	Localização do Assentamento Paulo Vinhas.....	64
Quadro 4 –	Origem das famílias do Assentamento Paulo Vinhas/ES.....	64
Quadro 5 –	Classificação do relevo no Assentamento Paulo Vinhas.....	65
Figura 9 –	Classificação do Relevo do estado do Espírito Santo.....	66
Quadro 6 –	Disponibilidade de Recursos hídricos no Assentamento.....	67
Figura 10 –	Palhoça construída no lote de produção.....	69
Figura 11 –	Dona Iolanda em seu lote de produção.....	72
Figura 12 –	Sr. Arlindo trabalhando no lote de produção da família.....	73
Figura 13 –	Sr. João secando pimenta-do-reino.....	74
Figura 14 –	Glorinha, esposa do sr. João.....	75
Figura 15 –	Jovem Jean Carlos no lote de produção da família.....	76
Figura 16 –	Andréia mostrando a sua produção de maracujá.....	78
Figura 17 –	Camponês assentado Frederico na colheita de café.....	79
Figura 18 –	Sr. Angelino no manejo da produção de pimenta-do-reino.....	80
Figura 19 –	Dona Tereza, assentada com sua moradia no lote de produção.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CESAN	Companhia Estadual de Saneamento
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
FETAES	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Espírito Santo
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta do Espírito Santo
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente - ES
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária-
IPES	Instituto Jones dos Santos Neves
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra,
MOSLUTRA	Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTB	Movimento Terra Brasil
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil
MUST	Movimento Unidos dos Sem Terra
PRONERA	Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Brasileiros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESPÍRITO SANTO	21
2.1	As transformações territoriais no norte do Espírito Santo desde a década de 1960.....	22
2.2	A territorialização da monocultura de eucalipto no norte do Espírito Santo.....	29
2.3	A realidade agrária no município de Conceição da Barra/ES.....	37
3	CAMPESINATO E RESISTÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO.....	40
3.1	O Campesinato na Realidade Agrária Brasileira.....	40
3.2	Os Movimentos Sociais e a luta pela terra no Espírito Santo.....	44
3.3	Políticas de Reforma Agrária e os Assentamentos do norte do Espírito Santo.....	50
3.4	Políticas de Reforma Agrária e os Assentamentos no município de Conceição da Barra/ES.....	54
4	GEOGRAFIA DA RESISTÊNCIA: O ASSENTAMENTO PAULO VINHAS FRENTE À MONOCULTURA DE EUCALIPTO.....	59
4.1	O Assentamento Paulo Vinhas: Pertença, memória e resistência.....	59
4.2	O Assentamento Paulo Vinhas e seu entorno.....	62
4.3	A organização da vida e da produção nos lotes.....	67
4.3.1	Experiências organizativas das famílias assentadas.....	73
4.3.2	O trabalho camponês no e fora do Assentamento.....	74
4.4	Estratégias de resistência das famílias assentadas frente à monocultura de eucalipto.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	87
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	93

1 INTRODUÇÃO

Nessa introdução gostaria de apresentar a minha trajetória acadêmica visto que ela se confunde com a escolha do tema e com a metodologia da pesquisa. Quando deixei o sertão da Bahia no ano de 1997 e passei a assumir a identidade de Educador do MST no contexto da realidade campesina capixaba, fui compreendendo aos poucos a dimensão da Educação do Campo no Espírito Santo e suas especificidades no que concerne a três aspectos essenciais, a saber: a) o processo de formação política/educacional e social; b) a formação/intensificação da militância; c) a ressignificação da dialética ensino-aprendizagem.

No entanto, para vivenciar o processo de formação, foi necessário trilhar um percurso de 17 anos enquanto Educador da Reforma Agrária (iniciado no ano de 1998). Sem dúvida foi um início doloroso, repleto de contradições e desafios, afinal eu era o educador iniciante que transitou entre o risco, o fracasso e o acerto, numa dimensão em que o aprendizado com os desafios foi o melhor legado.

No contexto inicial, a visão ingênua foi parte essencial, pois sem essa crueza, certamente, o pretense educador/pesquisador, jamais teria a dimensão da auto-crítica, do reconhecimento da incompletude. Então veio a primeira oportunidade: fui convidado para fazer o curso de Pedagogia da Terra, oferecido pela UFES em parceria com o Pronera e o MST. Ali foi lapidada a teoria que me forneceu condições dialéticas para entender e caminhar com a prática, pois o ato de eleger apenas a prática era manter a incompletude e, ao mesmo tempo, traços inequívocos da visão ingênua que ainda perpassava o meu caminho. Era preciso romper paradigmas, repensar o campo, repensar a terra, repensar o homem/mulher numa compreensão muito além da panfletagem, ou do discurso militante, sem uma base teórica realmente sólida.

Depois do curso de Pedagogia, sobreveio um visível amadurecimento da prática pedagógica, numa dimensão mais profunda, com um olhar mais responsável, estabelecendo um diálogo teórico mais intenso, de Paulo Freire a Pistrak, de Karl Marx a Foucault, Milton Santos; de Gramsci a Vigostsky; ampliando o leque da literatura de formação política defendida pelo MST: Frei Betto, Ademar Bogo, Arroyo, Caldart, Mançano entre outros.

Mas aos poucos, voltou a incompletude, sobretudo com relação ao contexto nacional, onde tomava corpo outros elementos, como o agronegócio, o esvaziamento do campo, a retomada de antigos temas, como a ação dos agrotóxicos, da monocultura e o mais curioso: inserção dessas práticas dentro do assentamento. Então eu pude entender que estava acionada a necessidade de estudar/analisar esse novo paradigma: como enfrentar as contradições como

educador da reforma agrária e como militante? Para isso, tornou-se imprescindível buscar dentro do educador, o pesquisador e assim nasceu a proposta de realizar o curso de Mestrado, oportunidade de repensar mais especificamente a postura e a ação do educador que atua e reside no assentamento, que sente na pele e transita no cotidiano também como agricultor assentado, num contexto em que a crítica – outrora distante – motivou-me a exercer um olhar diferenciado para a realidade que o assentamento Paulo Vinhas, onde resido e atuo como educador. Esse olhar ativou a certeza de que ali pulsa firme a resistência camponesa. O Assentamento Paulo Vinhas é um oásis no meio do deserto verde, mais conhecido como monocultivo de eucalipto. Mas os camponeses não se renderam ao agronegócio, não se renderam às empresas de celulose, à monocultura. São fortes. Tem sentimento de pertença. Vivem a mística da resignificação.

Em contrapartida a sombra delatora da crise econômica de 2015/2016 rondava a agricultura camponesa, ameaçava nossos camponeses. Alguns se renderam e preferiram deixar os lotes para se tornarem mão-de-obra para a agricultura burguesa. Contradição? Vaidade? Ambição ou simplesmente necessidade? Foram as primeiras questões trazidas pela reflexão provocada pelo olhar que lancei sobre a nossa comunidade. Então tive a certeza da minha escolha temática. Optei pela área de concentração Desenvolvimento Territorial, com o tema: Geografia da Resistência Camponesa: O Assentamento Paulo Vinhas frente à Monocultura do Eucalipto no Município de Conceição da Barra/ES.

O primeiro passo foi reelaborar o projeto e após a indicação de orientação por parte do Programa, foram apresentadas algumas sugestões, para a consecução da pesquisa, tais como: buscar alguns referenciais teóricos, para, em seguida, começar a esboçar um campo metodológico, já que a pesquisa - do tipo qualitativa, de caráter descritivo -, aponta o assentamento Paulo Vinhas e, mais especificamente, as famílias camponesas da comunidade como protagonistas desse estudo.

Eis, resumidamente, alguns aspectos da minha trajetória como educador/militante/pesquisador, que agora apresenta e defende essa dissertação de mestrado sem perder a ternura jamais.

Tendo em vista que o escopo desse estudo é verificar o processo de resistência da Agricultura Camponesa do Assentamento Paulo Vinhas e suas interfaces com a organização social e espacial na resignificação da territorialidade e da luta pela terra, é pertinente apresentar algumas reflexões preliminares sobre a questão agrária no Brasil. Trata-se de uma temática que não compreende apenas os conflitos sociais no campo, nem somente contempla a concentração da propriedade da terra, mas é uma área do conhecimento que busca entender

como as sociedades ao longo da história organizam a posse, o uso e a propriedade da terra, e de como se estabelece a produção dos bens agrícolas em diferentes contextos históricos para atender a necessidade humana.

No Brasil a questão agrária surge no século XIX, mais especificamente com o controvertido processo de abolição da escravidão e criação da Lei de Terras, de 1850. Essa lei consolidou a implantação de um regime de propriedade que impediu o acesso a terra àqueles que não podiam comprar, forçando os pobres livres, inclusive os imigrantes europeus, a trabalhar para os grandes proprietários.

De acordo com Martins (1981), a questão agrária passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. Para esse autor, o grande capital se tornou proprietário de terra especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terras se tornaram empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste.

Com base nesse autor, tal situação reforça a necessidade de uma melhor visualização dos elementos estruturais que compõem a questão agrária e também das propostas voltas à resolução do problema, a exemplo, da chamada reforma agrária.

Com base nessa discussão Martins considera que uma das principais razões do golpe militar, ocorrido em 1964, foi bloquear qualquer possibilidade de uma reforma agrária no Brasil. Havia uma pressão social como resultado da grande efervescência no campo com as mobilizações e lutas das Ligas Camponesas e a formação de outras entidades como a União dos Lavradores e Trabalhadores Brasileiros (ULTAB), criada no início dos anos 60. Conseqüentemente, o então governo federal de João Goulart incluiu a reforma agrária em seu programa nacional de reformas de base. A efervescência social acontecia como resultado das mobilizações e lutas pela terra pela posse da terra, que foi completamente reprimida pelo regime militar pós-64. Este promoveu o esmagamento total das Ligas Camponesas, perseguindo, prendendo e assassinando suas lideranças. Além das perseguições e prisões, os militares criaram, ainda em 1964, o Estatuto da Terra, que funcionou como um instrumento legal para controlar os movimentos sociais. (MARTINS, 1981).

Nesse entendimento, os dois mecanismos que formaram a base desse Estatuto foram os processos de desapropriação de terras e os projetos de colonização. As desapropriações foram feitas apenas em algumas áreas de conflito porque a ênfase das políticas governamentais se deu nos projetos de colonização, distribuindo terra nas novas fronteiras agrícolas. Isto enfraqueceu ainda mais os movimentos agrários e amenizou as demandas

sociais por uma reforma agrária. Os projetos de colonização, incentivados por propaganda e recursos governamentais não resolveram o problema. O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção às regiões Centro Oeste e Norte. A falta de políticas de assistência governamental, associada ao ambiente inóspito das frentes de colonização, fez surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência no campo.

Segundo Simonetti (2009), o regime militar implantou uma mudança na base produtiva agrícola com a adoção de mecanização intensiva e uso de fertilizantes químicos, sementes selecionadas, etc. Em outras palavras, modernizou o latifúndio baseando a produção em grandes extensões de terras (e não na democratização da propriedade fundiária), o que deu o caráter conservador deste modelo.

Este modelo, também conhecido como a revolução verde, foi implementado através de crédito subsidiado, associado com as ofertas de assistência técnica, recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados. Estes investidores obtinham ainda crédito subsidiado para fazer investimentos “produtivos”, como, por exemplo, o desmatamento para o plantio de pastagem e criação de gado.

Então, pode-se deduzir que a atual concentração fundiária no Brasil é fruto de uma política pública, promovida pelos governos militares, e continuada pelos governos que os sucederam através da disponibilização de recursos para o crédito rural subsidiado. Em outras palavras, os problemas do campo brasileiro foram financiados com recursos públicos porque ampliou e aprofundou a concentração da propriedade da terra e a exclusão social.

Dentre as consequências principais da adoção deste modelo agropecuário foram o êxodo rural, com a desterritorialização das populações camponesas e a ampliação da concentração fundiária. Em relação ao êxodo, o campo brasileiro abrigava aproximadamente 70% da população nas décadas de 1950 e 1960 chegando, na década de 90, a menos de 30% do total da população. Este deslocamento populacional de milhões de pessoas, ocorrido em pouco tempo, foi um dos resultados da Revolução Verde no Brasil e que provocou impactos catastróficos sobre as cidades.

A outra consequência foi o aprofundamento da concentração da propriedade da terra porque os latifúndios foram “modernizados” através de subsídios e incentivos fiscais governamentais que permitiram, além de investimentos produtivos, a compra de novas áreas. As grandes extensões de terra foram transformadas em empresas rurais, produtoras de grãos ou criadoras de gado de corte para a exportação.

Este processo de concentração fundiária ampliou antigos e gerou novos conflitos no

meio rural. As disputas de terras se agravaram em algumas regiões, sobretudo em regiões com concentração de posseiros como no sul do Pará e na região do Bico do Papagaio, ou se renovaram nas novas áreas de colonização. Os conflitos se intensificam provocando perseguições, ameaças e a morte de lideranças, agentes pastorais, advogados, etc.

Por outro lado, Grzybowski (1991), destaca que os movimentos de camponeses foram muitos, em diversos locais, expressando distintas formas de organização e de manifestação das ações, dependendo da localidade e do contexto histórico, embora com a marca da unidade nas causas que fizeram desencadear os movimentos - dos assalariados rurais, dos posseiros e dos pequenos proprietários, dos arrendatários - apontando para um processo de organização política. Há um destaque em frentes de luta pela terra: Movimentos dos Posseiros, Movimento dos Sem-Terra, Movimento das Barragens e as Lutas Indígenas.

A luta pela terra contou com a organização da CPT nos anos 1970 e início dos anos 1980, que congregou lideranças rurais, e, também com o apoio de outros grupos religiosos e sindicatos. As principais ações de denúncias, advocacia e organização estavam diretamente relacionadas com a resistência dos posseiros. Em meados dos anos de 1980, com a redemocratização do país, possibilitou a retomada e reorganização dos movimentos sociais dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Da década de 1980 em diante, a dinâmica da luta pela terra e a conseqüente criação de assentamentos tem se constituído uma forma de recriação do campesinato. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa. No Brasil, a ocupação de terra é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais camponeses. (FERNANDES, 1994)

Os dados do DATALUTA (2006) mostram que no país, entre 2000 e 2006, foram registradas ocupações de terra realizadas por 86 diferentes movimentos socioterritoriais. As áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e/ou trabalhistas tenham sido desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 1864 da Constituição Federal. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que

isso aconteça. Ultimamente, além de lutar contra o latifúndio, os movimentos camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e por isso as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto, por exemplo. (DATA LUTA, 2006)

Posto tais considerações preliminares, o estudo que ora apresentamos, objetiva, entre outros aspectos, verificar o processo de resistência da Agricultura Camponesa do Assentamento Paulo Vinhas situado no município de Conceição da Barra, ao norte do Espírito Santo e suas interfaces com a organização social e espacial na ressignificação da territorialidade e da luta pela terra.

Naquele contexto, os camponeses convivem com uma realidade conflituosa desde seu surgimento na década de 1990. Tudo começou com a fase de ocupação e acampamento, depois a demarcação dos lotes, a seleção das famílias e, finalmente, o assentamento definitivo. No entanto, ao adentrarmos o assentamento, podemos verificar a geografia da resistência camponesa através da localização peculiar do Assentamento: em meio ao plantio de eucalipto. Temos aí a organização do espaço agrário, em especial o sistema de moradia nas agrovilas e o trabalho nos lotes demarcados. Os lotes são avizinados pela crescente monocultura, sem muita visibilidade para a agricultura camponesa.

Atualmente o Assentamento investigado possui 63 famílias camponesas que ali residem desde a conquista da terra em 1996 e que vivenciam no cotidiano as contradições entre a agricultura campesina e a convivência com a monocultura do eucalipto no seu entorno. A pesquisa busca identificar, analisar e descrever o trabalho na agricultura camponesa realizada pelos assentados e, paralelamente, a predominância dos mesmos no trabalho assalariado em fazendas e empresas de celulose da região. Para a classificação dos sujeitos da pesquisa, dividimos em dois grupos: os assentados autônomos (trabalham apenas em seus lotes), e os que trabalham fora (nas fazendas e empresas de celulose).

Para a realização do trabalho nos apoiamos na pesquisa de campo com o objetivo de registrar a maior diversidade de aspectos da cultura camponesa: a) a trajetória das famílias assentadas: os lotes, o trabalho na terra, a produção; b) os projetos para a permanência na terra, a produção, a educação; c) o processo/sentimento de pertença.

As atividades de campo foram realizadas entre os meses de setembro a dezembro de 2016 e fevereiro e março de 2017, junto às famílias camponesas do Assentamento Paulo Vinhas. Os preparativos para a pesquisa foram organizados em dois momentos: a) outubro de 2015 - desenho da pesquisa (seleção dos sujeitos, organização das entrevistas); b) março de 2016 - operacionalidade (organização dos calendários de visitas às famílias, lotes, trabalho

dentro e fora do assentamento). Além disso, foram realizados alguns encontros com as lideranças do Assentamento Paulo Vinhas; Técnicos do Incaper de Conceição da Barra e São Mateus; Secretaria Nacional e Setor de Educação do MST.

Uma vez identificadas, conversamos com as lideranças, com os camponeses assentados e iniciamos a organização dos trabalhos de campo. Uma vez coletados os principais dados sobre a história do Assentamento, desde o processo inicial das lutas por meio das fontes citadas, selecionamos a nossa amostra e elaboramos o questionário piloto.

O questionário que elaboramos teve como objetivo, além de identificar as formas de acesso e trabalho nos lotes pelos camponeses, formar uma base de dados para entender e/ou nos aproximarmos dos demais sujeitos da nossa pesquisa, ou seja, àqueles que trabalham fora do assentamento e não cultivam seus lotes. Não houve delimitação de amostra, por se tratar de um número de camponeses condizente com as nossas condições de pesquisa. Ou seja, conversamos com os 63 assentados (homens e mulheres), sendo que destes, apenas 13% (07 camponeses) trabalha fora dos seus lotes, especificamente nas fazendas e plantios de eucalipto. A maioria, 87% trabalha nos seus lotes, o que corresponde a 55 pessoas. No total foram aplicados 63 questionários junto às famílias camponesas pesquisadas.

O primeiro passo antes de cada trabalho de campo foi o estabelecimento do contato prévio com as lideranças comunitárias para agendar nossa visita. Em alguns casos tivemos que realizar encontros com os camponeses em espaços da comunidade, tais como: Escola, Igreja e Associação das Mulheres Camponesas. Esses encontros realizados sempre aos domingos foram estratégicos para garantir a participação coletiva. O segundo momento se deu com as visitas nas casas e nos lotes de produção do Assentamento. Utilizamos, além do questionário, gravação de vídeo e registros fotográficos.

Durante os trabalhos de campo, realizamos também um registro iconográfico das protagonistas do estudo (as famílias camponesas) realizado no Assentamento. Esse momento de pesquisa foi muito importante para entender quem são os camponeses que mantêm o sentimento de pertença e resistência ao agronegócio representado pelas empresas de celulose, e o que significa viver no Assentamento Paulo Vinhas.

Sobre o trabalho de campo com ênfase na história oral e cultural, representada pelas vozes dos camponeses, concordamos com Carlos Rodrigues Brandão quando o mesmo afirma que é necessário “Conhecer sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história” (BRANDÃO, 1999, p. 11).

É evidente que a realização da pesquisa de campo implica uma fase do processo de

construção do conhecimento e este não deve prescindir da teoria, sob o risco de tornar a pesquisa vaga de conteúdo, insuficiente na contribuição do desvendamento do real ou da “essência do fenômeno geográfico”. Por isso, os relatos dos camponeses, calcados em suas histórias de vida, são dialéticos, pertinentes para a compreensão do fenômeno investigado. Para Smith (1988, p. 11), “[...] sem uma sólida compreensão de eventos concretos, as ideias teóricas podem ser de validade dúbia e até mesmo de relevância questionável. Por outro lado, sem uma forte visão teórica o pesquisador empírico não sabe o que procurar nem compreender o que procurou [...]”.

Assim tentamos fazer um esforço na nossa pesquisa no sentido de não fazer uma discussão, que desarticulasse a teoria da metodologia, os conceitos e sua utilização e articulação dos resultados dos trabalhos de campo. Acreditamos com base nos pressupostos teóricos apresentados por Lacoste (2006) que, o trabalho de campo corresponde a uma escala, e por isso representa uma parte do fenômeno que deve ser compreendido. Refletir sobre o espaço não é simplesmente apresentar os problemas no âmbito local, mas também associá-los a fenômenos que estão acontecendo em escalas mais amplas. O trabalho de campo deve, dessa forma, estar articulada às diversas escalas que possibilite ao pesquisador a compreensão da realidade a partir de um movimento que o leve a refletir as diferentes escalas no qual o fenômeno se expressa.

Todavia a preocupação da pesquisa não é somente articular os dados coletados em campo com os pressupostos teóricos eleitos, mas, sobretudo a nossa responsabilidade frente aos sujeitos da nossa pesquisa. Estamos de acordo com o pensamento de Lacoste (1985) quando enfatiza a necessidade de pensarmos, principalmente, na nossa responsabilidade frente aos homens e mulheres que pesquisamos.

As entrevistas semiestruturadas e abertas foram realizadas com base na pesquisa de fontes orais. Todavia não priorizamos uma técnica específica, ora demos ênfase à tradição oral e às histórias de vida, ora à história temática, ou ainda fizemos uma combinação de acordo com a nossa entrevista e a fala dos nossos interlocutores. Segundo Freitas (2006) a História Oral pode ser dividida em três campos diferentes: tradição oral, história de vida e história temática. Para essa autora a tradição oral pode ser traduzida de forma sintética como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração a outra, não se restringindo apenas às sociedades que dominam à escrita mais aos diversos grupos que se utilizam da oralidade para transmissão de seus costumes, modo de viver e das suas memórias.

Por outro viés, a história de vida pode ser considerada um relato autobiográfico, mas no qual a escrita, que caracteriza a autobiografia não está presente. Na história de vida é

realizada a rememoração do passado, executado pelo próprio sujeito sobre si mesmo. Nas entrevistas com os mais idosos, priorizamos as histórias da luta pela terra, o período de ocupação, acampamento e assentamento, com o objetivo de resgatar a história da comunidade camponesa local.

A opção pelos depoimentos orais se justifica, por este se apresentar como uma importante metodologia para o estudo das relações entre agricultura camponesa e agronegócio conjecturando que existe uma memória de luta contra a opressão e o latifúndio. Justifica-se também pelo fato dessa metodologia fazer ouvir segmentos ou grupos sociais ignorados tradicionalmente pela história escrita e/ou documentada.

Segundo Freitas (2006) todo documento pode apresentar contradições e ser passível de questionamentos, assim como todo documento pode estar limitado e povoado das subjetividades e seletividade de quem o produziu. Partimos do pressuposto, segundo as ideias de Queiroz (1983), que os depoimentos produzidos por meio das entrevistas se instituem enquanto documentos no momento em que foram originados como quaisquer outras fontes, podem levar ao esclarecimento de questionamentos e se constituem em provas documentais. A entrevista registrada pode estar sujeita a pontos de vista diferenciados e interpretações diversas, fato que não está restrito somente aos documentos orais, mais a qualquer fonte documental.

Essa metodologia foi utilizada também para elucidar as lacunas deixadas pelos questionários. A entrevista semiestruturada e aberta foi modificada no decorrer dos trabalhos de campo para entender melhor o trabalho na agricultura camponesa e suas peculiaridades apresentadas pela comunidade. Perguntas foram suprimidas, outras acrescentadas, e muitas vezes abandonamos o roteiro e estabelecemos uma entrevista com caráter de diálogo informal. Percebemos também os limites dessa metodologia quando não aliada a uma vivência maior nos espaços concretos que nos propomos a entender. Vivenciar a realidade significa um contato maior com os sujeitos da pesquisa. A vivência permite o estabelecimento de uma relação de confiança podendo resultar no relato de detalhes de um acontecimento não relatado num primeiro contato.

Trata-se de um estudo que pode contribuir com o debate promovido pelo MST: a) a compreensão de formas mais eficientes e adequadas para a manutenção do camponês em seus lotes; b) a viabilidade da agricultura camponesa, tendo em vista as possíveis inovações na prática de manejo de uma agricultura sustentável e o uso racional da terra; c) resistência dos camponeses frente ao grande capital representado pela monocultura do eucalipto e fazendas da região.

Para contextualizar teoricamente esse estudo, o capítulo “Desenvolvimento do capitalismo e a questão agrária no Espírito Santo” aponta alguns caminhos que poderão servir de base ao debate dialético, que começa por apresentar uma abordagem sobre o desenvolvimento do Capitalismo e a questão agrária no Espírito Santo desde os anos 1980. São parâmetros que servirão de base para a pesquisa que se propõe a descrever os movimentos sociais e a luta pela terra e, mais especificamente, o Assentamento Paulo Vinhas, localizado no município de Conceição da Barra, região norte do Espírito Santo.

Este capítulo apresenta, ainda, alguns enfoques sobre território e territorialidade, a partir de uma seleção de autores que tem desenvolvido estudos de importante relevância sobre a temática indicando diferentes abordagens, tais como: Fernandes (1994); Oliveira (1999); Simonetti (2014); Silva (1981), entre outros. Além disso, destaca de que maneira a relação entre os conceitos e o desenvolvimento rural em realidades locais/regionais, podem contribuir para o entendimento sobre os processos produtivos e as relações entre os atores sociais.

O capítulo intitulado “Campeinato e resistência no Espírito Santo”, apresenta a história do campeinato no Espírito Santo, por sua vez, retratada por meio de ações concretas e coletivas, do ocupa - desocupa, bem como das conquistas de pedaços de terra e dos punhados de dignidade e cidadania. Além disso, o capítulo discute os movimentos sociais, a luta pela terra e as políticas de Reforma Agrária no norte do Espírito Santo, enfatizando o município de Conceição da Barra.

O capítulo “Geografia da resistência: o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura de eucalipto” apresenta a pesquisa de campo, descreve a metodologia e os elementos metodológicos. Neste capítulo a história do Assentamento Paulo Vinhas ocupa o centro das atenções, já que constitui objeto essencial desse estudo. Ao investigar a construção da territorialidade camponesa no Assentamento, contempla-se a realidade concreta das famílias camponesas, suas histórias de vida, além dos desafios com a labuta, resistência e luta cotidiana no intuito de permanecer na terra e manter sua cultura que traduz o modo de vida camponês. Entre as inúmeras famílias que foram expropriadas do campo nos últimos anos no Espírito Santo estão as 63 famílias que resistiram e lutaram pela terra e hoje integram o Assentamento Paulo Vinhas.

2 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESPÍRITO SANTO

Levantados do chão. Como então? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão? Como embaixo dos pés uma terra. Como água escorrendo da mão? (Milton Nascimento - Chico Buarque)

Figura 1 – Fotos de Sebastião Salgado



Fonte: Terra – Sebastião Salgado.

Para contextualizar teoricamente a pesquisa, neste capítulo se retoma sucintamente os conceitos de capitalismo no campo e campesinato, na perspectiva de nos ajudar a demonstrar a heterogeneidade do mundo rural, e a existência de uma crescente tendência à desterritorialização, a proletarização e, de um lado o desaparecimento da categoria camponesa e, de outra a sua resistência.

Nesse sentido, o objetivo é desenvolver uma análise acerca da evolução da agricultura promovida pelo capitalismo no campo em detrimento do campesinato puro – representado aqui pela política de assentamento defendida pelo MST, que, entre outros aspectos preconiza a fixação da pequena produção e da organização da família no campo.

Tais apontamentos são complementares para o entendimento dos capítulos posteriores sobre o estado do Espírito Santo desde os anos 1980, que discutem os movimentos sociais e a luta pela terra e, mais especificamente, o Assentamento Paulo Vinhas, localizado no município de Conceição da Barra, região norte do Espírito Santo, foco da pesquisa que ora se apresenta.

2.1 As transformações territoriais no norte do Espírito Santo desde a década de 1960

A região norte do Espírito Santo é formada pelas terras localizadas no vale (margem sul e norte) e ao norte do rio Doce. Sua localização pode ser verificada na figura 2, com o mapa da divisão político-administrativa do Espírito Santo e as micro-regiões administrativas (Litoral Norte, Extremo Norte, Noroeste 1 e Noroeste 2), bem como na figura 2 com a localização das bacias hidrográficas do Espírito Santo, onde podemos visualizar as bacias dos Rios Itaúnas (1), São Mateus (2) e também o Rio Doce (3).

Mesmo que nessa região, desde o período colonial, tenha se constituído uma região produtiva, sua ocupação só começou a se efetivar no final da década de 1920, após a construção da ponte sobre o rio Doce no município de Colatina, no contexto da abertura da zona pioneira.

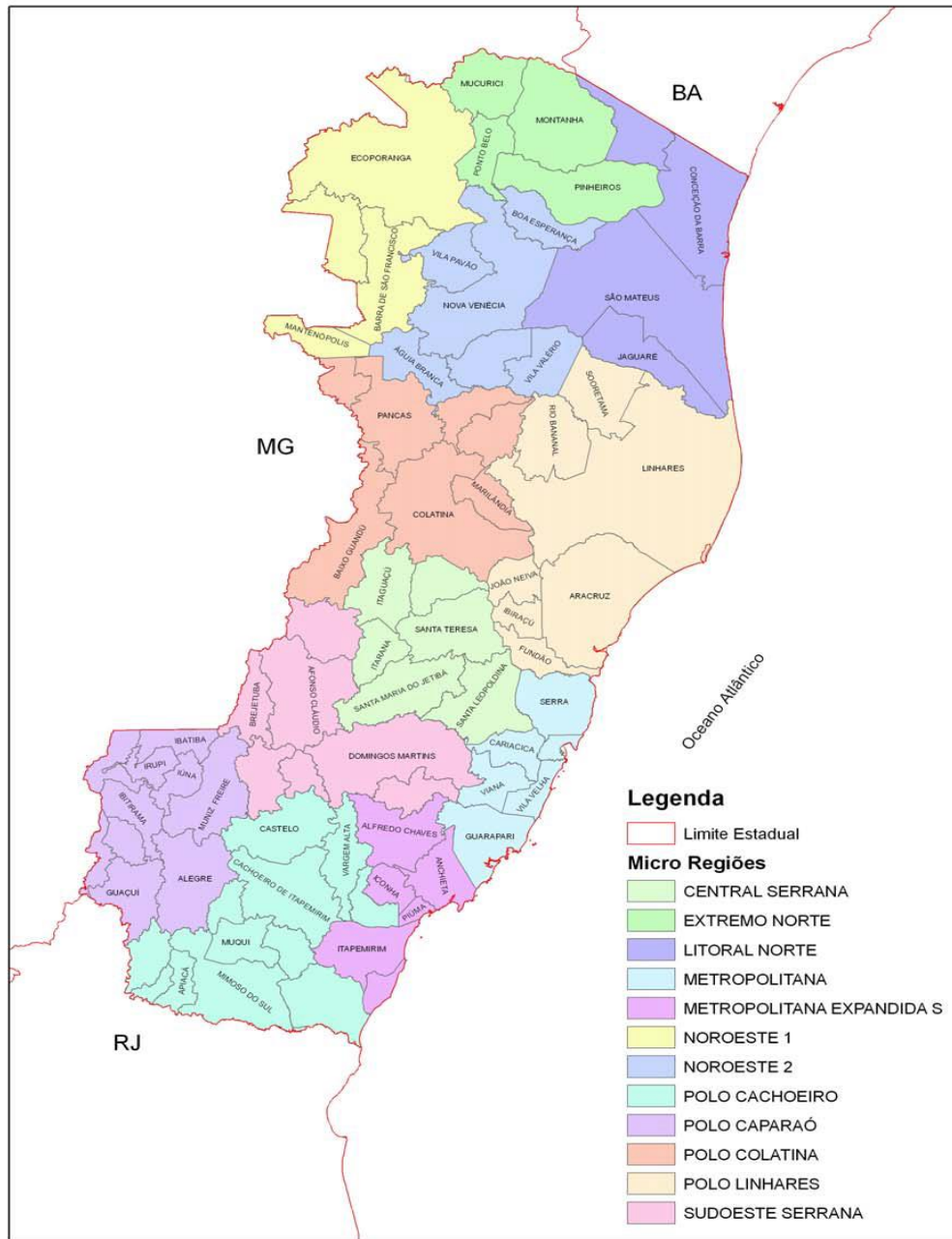
Conforme pesquisa de Bergamim (2004), a origem do povoamento do norte capixaba remonta à fundação de São Mateus no século XVI, resultante de uma expedição ao rio Cricaré (atualmente rio São Mateus), cujo objetivo consistia em proteger a zona costeira. Segundo a autora, no início a região encontrava-se polarizada comercialmente por São Mateus e dedicava-se, sobretudo, ao cultivo de mandioca, enquanto a produção de café ocupava uma posição secundária: “Essa característica a diferenciava das outras regiões produtivas do Espírito Santo e representava apenas uma das especificidades inerentes ao seu processo de formação sócioespacial (BERGAMIM, 2004, p. 3).

Segundo Almada (1981, apud BERGAMIM, 2004), no período compreendido entre os anos de 1852 e 1873, quando ocorria a expansão da cafeicultura nas regiões central e sul, o norte experimentou um declínio expressivo na produção de café. A autora afirma que entre 1856 e 1872 o crescimento da população escrava da região norte praticamente prevaleceu inalterado, enquanto nas outras regiões, principalmente a sul, o crescimento foi expressivo. Naquela época, essas características servem como parâmetro para demonstrar o incipiente ritmo de desenvolvimento processado no norte, quando relacionado com as demais regiões produtivas do Espírito Santo. O isolamento geográfico e a inexistência de um sistema de transportes que viabilizasse o escoamento da produção traduziram-se em fatores determinantes para o ritmo de desenvolvimento alcançado pela região norte, naquele momento.

[...] última fração do território capixaba a ser ocupada, a região norte, até o início do século XX, encontrava-se quase totalmente desabitada. O rio Doce colocava-se como um limite natural entre o norte e sul, separando geograficamente as duas regiões e, durante muitos anos, representou um entrave à ocupação das terras localizadas ao norte de suas margens. Naquela época, inicia-se lentamente a criação

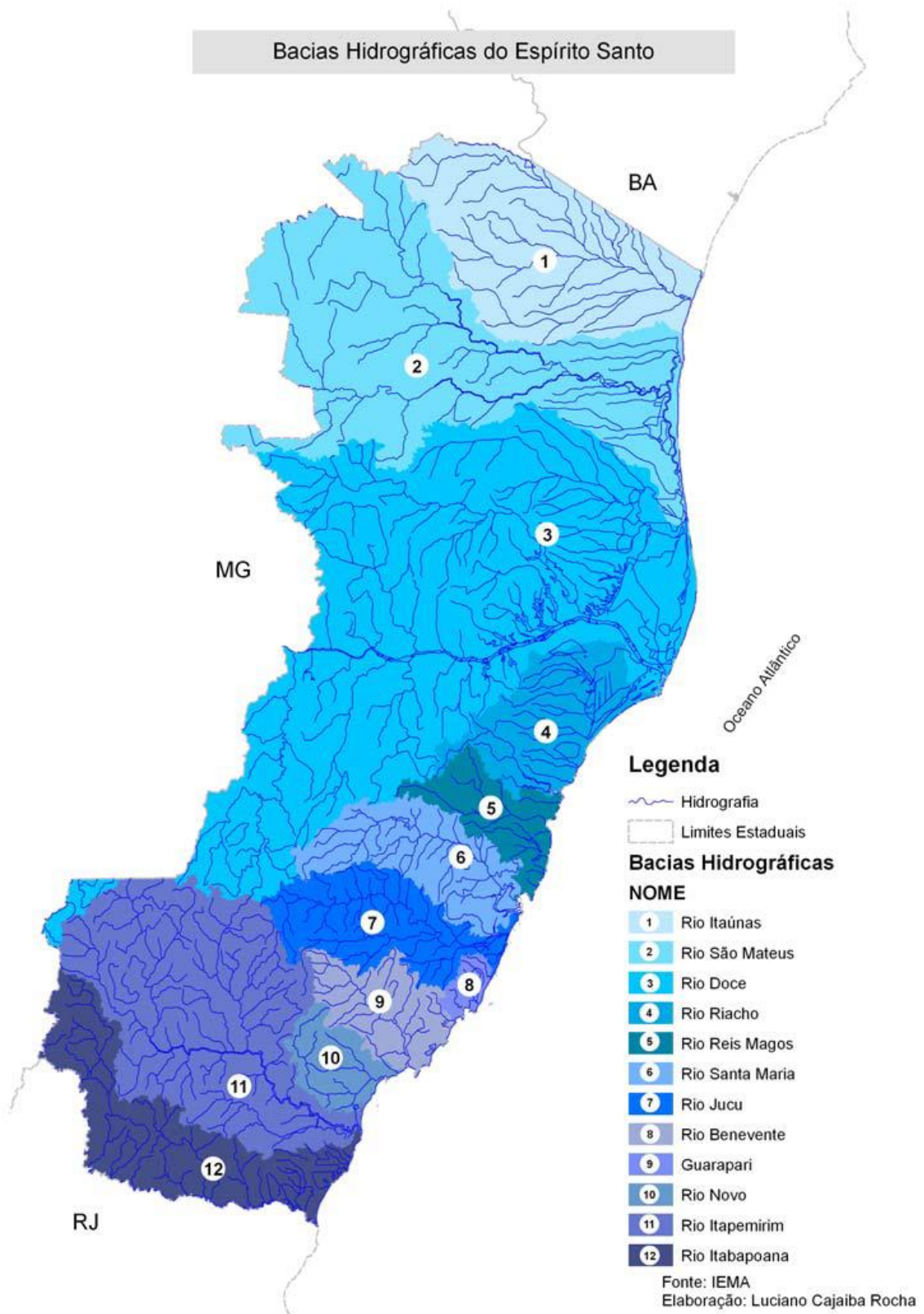
da zona pioneira nessa região. (BERGAMIM, 2004, p. 8).

Figura 2 – Divisão político-Administrativa do Espírito Santo em microrregiões



Fonte: Antongiovanni (2006).

Figura 3 – Bacias Hidrográficas do Espírito Santo



Fonte: Antongiovanni (2006).

Em decorrência da efetivação da ocupação do norte capixaba só se concretizar a partir do século XX, essa região praticamente não se beneficiou da política de colonização européia

ocorrida na segunda metade do século XIX. Os primeiros imigrantes estrangeiros foram introduzidos apenas a partir de 1888, em número bastante reduzido e os poucos núcleos criados não prosperaram economicamente.

A partir da época mencionada foram instaladas aproximadamente 600 famílias de imigrantes italianos na localidade de São Mateus, na qual se criaram alguns núcleos de colonização. Alguns desses núcleos, como o de Santa Leocádia, encontravam-se localizados em áreas infectadas pela malária, com solos apresentando baixos níveis de fertilidade e muito distantes da sede de São Mateus. (EGLER, 1951). Devido a essas condições, segundo o mesmo autor, nessas colônias a miséria era total, vindo a constituir-se em um dos fatores que culminou na proibição da imigração para o Espírito Santo.

Os outros núcleos criados nessa região, com melhor localização como o de Nova Venécia, conseguiram prosperar e até uma pequena estrada de ferro ligando esse núcleo a São Mateus foi construída em 1924. No entanto, o governo estadual determinou, em 1940, a extinção de todas as estradas de ferro de bitola estreita, de forma que a Nova Venécia - São Mateus foi transformada em uma rodovia. (EGLER, 1951).

Por sua vez, São Mateus e Conceição da Barra, fundadas ainda durante o período colonial e Linhares e Colatina no século XIX, correspondiam aos principais núcleos urbanos existentes no norte capixaba no início do século XX. Além do reduzido número de habitantes, a produção originária dos estabelecimentos rurais era irrisória, representando em 1920 apenas 9% do café produzido no estado, segundo o Recenseamento Geral do Brasil, dando mostras de que sua base espacial apresentava-se muito pouco modificada. (BERGAMIM, 2004, p. 8).

Bergamim (2004), explica que durante o período de transição ocorrida do século XIX para o XX, o município de Colatina começou a receber um contingente de imigrantes originários da região central. O desempenho econômico promovido pelos imigrantes nesse núcleo urbano o elevou à categoria de município no início do século XX. Para atender a esta lógica econômica em desenvolvimento local/regional, Buffon (1992), afirma que além de Colatina ter se constituído em um ponto de apoio para a zona pioneira que se abria ao norte do rio Doce, foi beneficiada pela construção da estrada de ferro Vitória–Minas, cujos trilhos chegaram até o município em 1906, possibilitando sua ligação com Vitória.

O crescimento da produção de café no âmbito estadual associado aos elevados preços alcançados pelo produto no mercado internacional, na década de 1920, ampliaram as receitas do Estado permitindo o investimento em obras públicas. A construção da ponte sobre o rio Doce em Colatina, no ano de 1928, ligando o norte ao sul capixaba, é uma delas. Essa obra de um lado contribuiu para aumentar a ocupação e promover o desenvolvimento do norte capixaba e de outro possibilitou o escoamento da produção, também facilitado pela Vitória–

Minas. Em decorrência da localização estratégica de Colatina e do seu sistema de transporte bem desenvolvido para a época, o município começou a polarizar comercialmente a região norte.

Conforme Bergamim (2004), a chegada dos trilhos da estrada de ferro em Colatina atraiu a instalação de serrarias nas suas proximidades, que encontrou nessa região grande disponibilidade de madeira utilizada como dormentes na construção da ferrovia. Mesmo com todos os avanços na área dos transportes, a velocidade em que se processava a ocupação da fronteira, bem como a exploração madeireira ocorreram lentamente, intensificando-se somente a partir da metade da década de 1950. Para Becker (1973), a forma como se organizou a expansão da zona pioneira, assumiu um caráter bastante precário, sobretudo quando comparado com as regiões de fronteira dos outros estados do Sudeste, muito mais dinâmicas.

Dentre os principais movimentos migratórios verificados no povoamento do território capixaba, identificamos processos diferenciados para cada região produtiva. Na região sul o grupo étnico predominante estava representado pelos imigrantes originários de Minas Gerais e Rio de Janeiro e na região Central pelos europeus, ou seja, eram movimentos migratórios cujas origens da população eram de outras unidades da federação e de outros países. No entanto, na região norte o movimento tinha suas origens no próprio estado, pois os imigrantes que formaram essa região eram provenientes do sul e do centro do Espírito Santo, conferindo ao norte uma formação étnica mais diversificada (BERGAMIM, 2004, p. 10).

Bergamim (2004) destaca o fluxo de migrantes do sul e do centro do Espírito Santo em direção à zona pioneira ao norte do rio Doce. A explicação para a origem desse movimento reside, segundo Valadão (1999), no desgaste natural dos solos dessas regiões, em decorrência da ausência de recursos técnicos no cultivo do café, e também no tamanho insuficiente das propriedades para comportar o crescimento familiar e, assim, alguns membros da família, principalmente os filhos mais jovens, encontram na migração para outras regiões uma forma de conquistarem novas terras e continuarem assegurando a sua reprodução socioeconômica como agricultores familiares. A mobilidade espacial do agricultor é um traço que revela o desenraizamento territorial desses indivíduos, como resultado da realidade socioeconômica na qual estão inseridos.

Na zona pioneira capixaba ao norte do rio Doce, reproduziu-se a mesma forma de organização da produção constituída nas regiões central e sul. O trabalho familiar, a pequena propriedade sem a utilização de recursos técnicos e a cultura do café representam a estrutura produtiva predominantemente estabelecida na ocupação da região norte. Apesar do reduzido potencial de acumulação capitalista auferido por essa forma de produzir, sua reprodução difundiu-se de forma predominante por aproximadamente durante um século, vindo dar mostras de falência somente no contexto do fechamento da zona pioneira espírito-santense, na segunda metade do século XX. (BERGAMIM, 2004, p. 10).

Para Martins (1997, apud BERGAMIM, 2004, p. 11), a fronteira é ao mesmo tempo o lugar de encontros e desencontros, ou seja, encontros de diferentes atores sociais, cujas distintas temporalidades históricas em que estão situados culminam em desencontros. Sendo assim, na zona fronteira que corresponde ao norte do Espírito Santo, os desencontros personificam-se na figura do madeireiro e do agricultor familiar produtor de café. Enquanto a natureza econômica da exploração madeireira “repousando em bases capitalistas de produção está apta a contornar muitas dificuldades, abrindo estradas, mantendo caminhões próprios para o transporte de toras e adquirindo a baixo preço grandes áreas de matas” (EGLER, 1951, p. 80), a produção de café desenvolve-se, sobretudo baseada no trabalho familiar e sem recursos técnicos. Nesse sentido, o caráter capitalista da exploração madeireira conferiu a essa atividade uma dinâmica produtiva marcada por um ritmo acelerado em contraste com a lenta velocidade da produção familiar.

[...] na década de 1950, o setor industrial, apesar de afetado pela crise de preços do café, passou a receber impactos positivos do início da implantação de importantes projetos industriais, instalados sob a orientação do PLANO DE METAS. Assim, o início da crise da cafeicultura coincidiu com o novo ciclo de expansão do investimento industrial a nível nacional, realizado entre 1956/1961. Essa política desenvolvimentista, que objetivava a consolidação da base produtiva da indústria nacional, acabou tendo repercussões positivas sobre o parque industrial capixaba. (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 79).

Segundo Bergamim (2004), Legislações, para disciplinar o desenvolvimento da exploração madeireira, foram criadas pelo governo estadual durante o século XX, por si só, não se constituíram em um instrumento eficaz no controle do desmatamento indiscriminado, pois já era previsto “que a ausência de uma política de proteção, por parte do Poder Público, fatalmente redundaria na destruição do revestimento florístico original” (CAPES, 1959, p. 56).

A previsão se concretizou, uma vez que a ineficiente fiscalização não impediu que a Mata Atlântica, sobretudo a localizada no norte capixaba, sofresse um dos processos mais rápidos de desmatamento ocorrido no país. Isso se explica pelo fato da intensificação do processo de ocupação da região norte coincidir com o ciclo madeireiro, e como a maior parte dessa região ainda era coberta pela vegetação primitiva, diferentemente das outras regiões produtivas, o desmatamento atingiu uma área maior e ocorreu de forma rápida. Ressalta-se que a Mata Atlântica situada no norte do Espírito Santo, segundo os relatos dos viajantes, impressionava pela sua exuberância, sendo considerada uma das mais imponentes formações vegetais ocorridas no país. (BERGAMIM, 2004, p. 10).

Segundo Bergamim (2004), a pecuária também cresceu acentuadamente a partir dos anos 1950. Entre 1950 e 1975, segundo os Censos Agropecuários, a taxa de crescimento para o estado foi de 265% e para o norte de 681%. Para a autora, existem determinados fatores que ajudam a compreender esse crescimento:

a) a erradicação do café, pois a maior parte das terras liberadas pelos cafeeiros foi ocupada pela pecuária; b) o aumento da demanda carne pelo Espírito Santo e estados vizinhos decorrente do processo de urbanização; c) o desgaste dos solos devido ao emprego de técnicas inadequadas, tornou algumas áreas impróprias ao cultivo do café, sendo, portanto, ocupadas pela pecuária, e d) o rompimento do ciclo tradicional empregado na agricultura capixaba. (BERGAMIM, 2004, p. 10).

De acordo com Bergamim (2004), na ocupação da zona pioneira ao norte do Espírito Santo, o trabalho familiar foi a relação de produção predominantemente estabelecida nessa região. Segundo a autora, “ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária concentrou-se, a utilização do trabalho familiar elevou-se de 56,49% para 67,55 % entre 1960 e 1970”. Para Bergamim, podemos admitir que em 1970, 85% do trabalho empregado na agricultura era organizado em torno dos membros da família.

Na compreensão dessa autora, tendo em vista o processo da formação socioespacial capixaba, com ênfase numa estrutura produtiva assentada em bases familiares de produção, podemos admitir que o Espírito Santo assumiu um caráter bastante distinto dos estados integrantes da região Sudeste. Segundo Becker (1973), incapacitado de acompanhar o crescimento econômico do Sudeste tornou-se uma “periferia intermetropolitana” e que ainda nesse contexto, o norte capixaba deixou de ser a zona pioneira e passou a desempenhar o papel de região periférica deprimida do estado.

Zorzal e Silva (1995) esclarecem que o Espírito Santo tornou-se, em grande parte, dependente da monocultura do café, formando uma estrutura econômica agrária altamente resistente as crises. Tal estrutura perdurou no cenário econômico capixaba por mais de um século (1850 a 1960), e somente a partir das décadas de 1960 e 1970 estabeleceu-se uma nova conjuntura econômica e política em nível nacional, em que ocorrem transformações mais radicais.

Para os autores, é no contexto da “crise” que a solução apontada foi a superação da estrutura cafeeira capixaba, baseada na pequena unidade familiar. Mas, é preciso ter ciência de que a agricultura camponesa não estava em “crise” e nem era responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na “base agrária” do estado a raiz da “crise”.

[...] a partir da década de 1960 e 1970 as empresas capitalistas ocuparam as terras capixabas. Com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, ainda na década de 1950, o Espírito Santo em pouco tempo, passou de uma economia agrário-mercantil-exportadora para uma economia baseada no grande capital industrial hegemônico, visto que nas décadas subsequentes surgiram no cenário econômico capixaba, outras grandes empresas como a Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica Tubarão e Samarco. O norte Capixaba estava integrado no contexto da internacionalização da economia (ZORZAL; SILVA, 1995).

Vale ressaltar que nada impediu o avanço de empresas como a Companhia Vale do Rio

Doce (CVRD) e Aracruz Celulose, principalmente no que diz respeito à ocupação e expropriação das terras localizadas ao norte do Espírito Santo, sendo que muitas dessas terras já eram ocupadas há muitos anos por famílias quilombolas da região norte (Sapê do Norte) e grande parte dessas famílias quilombolas acabaram sendo expulsas de suas terras, e as que ficaram tiveram suas terras reduzidas a minúsculas propriedades isoladas entre si pelos “talhões” de eucalipto. As terras pertencentes às comunidades quilombolas, por exemplo, eram, para a Aracruz Celulose, “um prato cheio”, não havendo qualquer lei que amparasse essas comunidades, fato que só ocorreu com a Constituição de 1988.

Nos anos 1990, após trinta anos de intensas transformações nos territórios do norte do Espírito Santo com o processo de territorialização do setor de celulose, protagonizado pela Aracruz Celulose, promove-se novo avanço do meio técnico-científico-informacional para atender ao padrão de organização espacial que uma corporação necessita para sustentar o seu projeto através de intervenções no território que trabalham para a eficácia da empresa global.

Tais intervenções são de ordem material quando pensamos nas suas formas tais como as fábricas, as plantações, as estradas, as barragens, comportas, isto é, são os sistemas de engenharia que se constituem em sistemas de objetos que são conectados pela e para a empresa. Mas este sistema de objetos não faz sentido sem o sistema de ações que os comanda (antes, durante e depois) que se dão horizontalmente e verticalmente.

No período atual da globalização neoliberal podemos distinguir dois sub-períodos. Até a década de 1980 e 1990, podíamos ainda perceber a tecnologia invadindo todas as esferas da vida. A partir dos anos 1990 e reafirmando durante os anos 2000, a técnica-científica-informacional está incorporada (no sentido mesmo de estar já acoplada ao corpo – com graus diferentes dependendo do lugar de onde se fala) e, se não está, há todo um esforço para incorporá-la e, assim, naturalizá-la.

2.2 A territorialização da monocultura de eucalipto no norte do Espírito Santo

A origem do povoamento do norte capixaba remonta à fundação de São Mateus no século XVI, resultante de uma expedição ao rio Cricaré (atualmente rio São Mateus), cujo objetivo consistia em proteger a zona costeira. (BUFFON, 1992). Inicialmente, essa região encontrava-se polarizada comercialmente por São Mateus e dedicava-se, sobretudo ao cultivo de mandioca, enquanto a produção de café ocupava uma posição secundária. Essa característica a diferenciava das outras regiões produtivas do Espírito Santo e representava apenas uma das especificidades inerentes ao seu processo de formação socioespacial.

Segundo Almada (1981), no período compreendido entre os anos de 1852 e 1873, quando ocorria a expansão da cafeicultura nas regiões central e sul, o norte experimentou um declínio expressivo na produção de café. Porém, o isolamento geográfico e a inexistência de um sistema de transportes que viabilizasse o escoamento da produção traduziram-se em fatores determinantes para o ritmo de desenvolvimento alcançado pela região norte, naquele momento.

Última fração do território capixaba a ser ocupada, a região norte, até o início do século XX, encontrava-se quase totalmente desabitada. O rio Doce colocava-se como um limite natural entre o norte e sul, separando geograficamente as duas regiões e, durante muitos anos, representou um entrave à ocupação das terras localizadas ao norte de suas margens. Naquela época, inicia-se lentamente a criação da zona pioneira nessa região.

Em decorrência da efetivação da ocupação do norte capixaba só se concretizar a partir do século XX, essa região praticamente não se beneficiou da política de colonização europeia ocorrida na segunda metade do século XIX. Os primeiros imigrantes estrangeiros foram introduzidos apenas a partir de 1888, em número bastante reduzido e os poucos núcleos criados não prosperaram economicamente.

Na transição do século XIX para o XX, Colatina começou a receber um contingente de imigrantes originários da região central. O excelente desempenho econômico promovido pelos imigrantes nesse núcleo urbano, o elevou à categoria de município no início do século XX. Segundo Buffon (1992), além de Colatina ter se constituído em um ponto de apoio para a zona pioneira que se abria ao norte do rio Doce, foi beneficiada pela construção da estrada de ferro Vitória – Minas, cujos trilhos chegaram até o município em 1906, possibilitando sua ligação com Vitória.

O crescimento da produção de café no âmbito estadual associado aos elevados preços alcançados pelo produto no mercado internacional, na década de 1920, ampliaram as receitas do Estado permitindo o investimento em obras públicas. Em decorrência da localização estratégica de Colatina e do seu sistema de transporte bem desenvolvido para a época, o município começou a polarizar comercialmente a região norte.

A chegada dos trilhos da estrada de ferro em Colatina atraiu a instalação de serrarias nas suas proximidades, que encontrou nessa região grande disponibilidade de madeira utilizada como dormentes na construção da ferrovia.

Sobre o fluxo de migrantes do sul e do centro do Espírito Santo em direção à zona pioneira ao norte do rio Doce, a explicação para a origem desse movimento reside, segundo Valadão (1999), no desgaste natural dos solos dessas regiões, em decorrência da ausência de

recursos técnicos no cultivo do café, e também no tamanho insuficiente das propriedades para comportar o crescimento familiar e, assim, alguns membros da família, principalmente os filhos mais jovens, encontram na migração para outras regiões uma forma de conquistarem novas terras e continuarem assegurando a sua reprodução socioeconômica como agricultores familiares. A mobilidade espacial do agricultor é um traço que revela a desterritorialização desses indivíduos, como resultado da realidade socioeconômica na qual estão inseridos.

Conforme Valadão (1999, apud BERGAMIM, 2004, p. 12), na zona pioneira capixaba ao norte do rio Doce, reproduziu-se a mesma forma de organização da produção constituída nas regiões central e sul. O trabalho familiar, a pequena propriedade sem a utilização de recursos técnicos e a cultura do café, representam a estrutura produtiva predominantemente estabelecida na ocupação da região norte. Apesar do reduzido potencial de acumulação capitalista auferido por essa forma de produzir, sua reprodução difundiu-se de forma predominante por aproximadamente durante um século, vindo dar mostras de falência somente no contexto do fechamento da zona pioneira espírito-santense, na segunda metade do século XX.

Segundo esses estudos, além da exploração madeireira, a pecuária também cresceu de forma extraordinária a partir dos anos 1950. A área ocupada por essa cultura apresentou elevados índices de crescimento, sobretudo no norte do estado, onde se encontrava zona pioneira.

Nesse sentido, entre 1950 e 1975, segundo os Censos Agropecuários, a taxa de crescimento para o estado foi da ordem de 265% e para o norte de 681%. Diversos fatores contribuem para explicar esse elevado crescimento, tais como: a) a erradicação do café, pois a maior parte das terras liberadas pelos cafeeiros foi ocupada pela pecuária; b) o aumento da demanda carne pelo Espírito Santo e estados vizinhos decorrente do processo de urbanização; c) o desgaste dos solos devido ao emprego de técnicas inadequadas tornou algumas áreas impróprias ao cultivo do café, sendo, portanto, ocupadas pela pecuária, e d) o rompimento do ciclo tradicional empregado na agricultura capixaba (BERGAMIM, 2004, p. 12).

Ressalta Bergamim (2004), que na ocupação da zona pioneira ao norte do Espírito Santo, cujo resultado culminou na conformação de uma estrutura fundiária mais concentrada, o trabalho familiar foi a relação de produção predominantemente estabelecida nessa região.

Ao mesmo tempo em que a estrutura fundiária concentrou-se, a utilização do trabalho familiar elevou-se de 56,49% para 67,55 % entre 1960 e 1970. Esse índice torna-se mais expressivo quando somado à parceria, já que esta relação de produção também se funda no trabalho familiar. Dessa forma, em 1970, 85% do trabalho empregado na agricultura era organizado em torno dos membros da família. (BERGAMIM, 2004, p. 12).

Explica a autora, que a ocupação da região norte só veio a iniciar-se efetivamente na

primeira metade do século XX, enquanto as regiões sul e central experimentaram esse processo ainda em meados do século XIX. No entanto, a ocupação iniciada tardiamente ocorreu de forma mais rápida e intensa que nas outras regiões do estado. Em aproximadamente cinquenta anos, ou seja, entre 1920 e 1970, encerrou-se a zona pioneira ao norte do Espírito Santo, quando nas outras regiões do estado esse processo alongou-se por quase um século.

Segundo Becker (1973), incapacitado de acompanhar o crescimento econômico do Sudeste tornou-se uma “periferia intermetropolitana” e que ainda nesse contexto, o norte capixaba deixou de ser a zona pioneira e passou a desempenhar o papel de região periférica deprimida do estado.

A silvicultura no Espírito Santo foi incentivada pelo governo estadual, que encomendou o estudo Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo. Foram fundamentais para a extraordinária expansão dessa atividade no estado os incentivos fiscais instituídos a partir da segunda metade da década de 1960, a começar pelo Novo Código Florestal (BRASIL, 2012), que incentivava a formação de “florestas” homogêneas para o consumo das empresas que utilizavam a matéria-prima florestal e as isentava de impostos. Além disso, os projetos de “reflorestamento” eram prioritários na aquisição de créditos com juros e prazos compatíveis.

Entre as principais leis de incentivo ao “reflorestamento” (BRASIL, 2012), a Lei 5.106, de 02 de setembro de 1966¹, abatia ou descontava das declarações de rendimento das pessoas físicas e jurídicas, residente ou domiciliada no Brasil, a quantia correspondente empregada em “florestamento” e “reflorestamento”.

De acordo com o relatório de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESC-a/ES, 2002), em 1987, o Grupo Aracruz detinha sob sua propriedade mais de 100.000 ha de terras agricultáveis, sendo 41.000 ha localizados no município de Aracruz e 59.000 ha nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus 27.

Nesse sentido, o Governo Federal também se preocupou com uma estrutura administrativa que impulsionasse os projetos de “reflorestamento” e criou, em 1967, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), órgão que tinha como objetivo coordenar todas as atribuições referentes à exploração e comercialização da madeira, ao plantio de árvores e à proteção das florestas. O IBDF tinha também a função de administrar os

¹ § 3º As pessoas jurídicas poderão descontar do imposto de renda que devam pagar, até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, as importâncias comprovadamente aplicadas em florestamento ou reflorestamento, que poderá ser feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte e relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto for devido.

incentivos fiscais destinados ao “reflorestamento” e acompanhar todos os projetos florestais.

Os grandes plantios monocultores de árvores também tiveram impulso com o Programa Nacional de Papel e Celulose que integrava o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) elaborado em 1974, no governo Geisel (BRASIL, 1974). O Programa tinha como meta ampliar o consumo interno e a exportação de celulose e de papel.

Em 1974 foi criado o Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais). O Fiset seria alimentado pelas importâncias descontadas do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicadas em empreendimentos florestais. As importâncias recolhidas pelo Fiset só podiam ser movimentadas após aprovação dos projetos pelo IBDF (BRASIL, 1974).

O Decreto-Lei n. 79.046, de 27 de dezembro de 1976 (BRASIL, 2012), estipulava que os projetos de “florestamento” e “reflorestamento”, exceto os relativos a frutíferas e palmito e aqueles com efeitos eminentemente conservacionistas, a partir de 1977 só poderiam ser aprovados para execução em Regiões Prioritárias para Florestamento e/ou em Distritos Florestais-Industriais. Foi competido ao IBDF delimitar as Regiões Prioritárias. Por indicação também do IBDF seriam delimitadas como Distritos Florestais-Industriais áreas onde já existia, em funcionamento ou em implantação, indústria que utilizava a madeira como insumo principal. O Decreto Lei n. 79.046 completou todo o aparato jurídico necessário para o estabelecimento e expansão das monoculturas de árvores no Espírito Santo, principalmente do eucalipto com a Aracruz Celulose, a qual já estava instalada no município de Aracruz desde o final de década de 1960. (SILVA, 2000).

Há em comum entre estes projetos a construção do “*desenvolvimento*”. Esta expressão tão utilizada e aparentemente justa e correta está camuflada pelos discursos de “*igualdade*” e “*justiça*” colocando-nos dificuldades de compreender quais são suas origens e intencionalidades. Ainda mais hoje quando os planejamentos parecem adquirir aura de “*naturais*”, isto é, seus propósitos são justificados *a priori*: mais emprego, mais investimento, mais vias de circulação, articulado com o discurso do progresso.

Durante a ditadura militar, a construção de novas destilarias foi incentivada com créditos estatais muito baratos - quase US\$ 2 bilhões (Moreira & Goldemberg, 1999, apud KOHLHEPP, 1975), beneficiando os grandes produtores. Por intermédio da Petrobras, não somente foram instituídos postos para venda de etanol, como também o estabelecimento do preço do produto que era vendido a preço bem mais reduzido do que a gasolina. De 1975/1976 até 1984/1985, a produção de etanol aumentou em 20 vezes (KOHLHEPP, 1983) alcançando 12 bilhões de litros.

Conforme Castro (2013) na década de 1970, a cultura da cana de açúcar apresentou crescimento contínuo de produção. Este fato decorreu porque até a metade da década encontravam-se condições favoráveis do mercado internacional e a partir de 1975, a alavanca para o crescimento foi o incentivo à produção de álcool. “Entre 1979 e 1984 esta cultura teve um crescimento da área em torno de 7,94% ao ano”. (OLIVETTI; CAMARGO, 1992, p. 162). Foi verificado pelos autores que, no período 1974 a 1978, a área de pastagem natural cedeu maior percentual de espaço para outras explorações agropecuárias.

A monocultura da cana-de-açúcar também cresceu significativamente no Espírito Santo, a partir da década de 1980, chegando a ocupar, em 2007, 68.997 ha de terras do estado. As plantações de cana-de-açúcar cresceram significativamente a partir de 1980, como reflexo do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado em 1975 pelo Governo Federal com a intenção de substituir o petróleo pelo álcool etílico obtido da cana-de-açúcar. Com o PROÁLCOOL foram concedidos consideráveis empréstimos, a juros subsidiados, a grandes produtores de cana-de-açúcar de todo o Brasil, incentivando a criação de usinas de grande porte para a produção de álcool. Os financiamentos foram estendidos também, mas em menor proporção, a pequenos e médios produtores agrícolas. Na década de 1980, o Espírito Santo foi integrado à segunda fase do Programa e teve sua participação na produção nacional de álcool aumentada de 0,3% para 1,2%.

Os principais canaviais localizados nos municípios de Conceição da Barra, Linhares, Pedro Canário, Pinheiros, Montanha, Boa Esperança, Mucurici e Aracruz refletem a produção intensiva dessa cultura no norte do estado, ao contrário dos canaviais presentes no sul do estado, em que os municípios de Itapemirim, Maratázes e Presidente Kennedy estão localizados em uma região tradicional, que cultivava cana desde o período colonial, cuja produção é consumida em grande parte pelas usinas aí instaladas.

No caso da implantação da Aracruz Celulose e o monocultivo de eucalipto no norte do estado do Espírito Santo, vários problemas começaram a surgir na área. Segundo Salgado (1995), no caso de Conceição da Barra, os impactos ambientais trazidos pelo reflorestamento concentram-se, basicamente, na extinção total da vegetação nativa e seus respectivos desdobramentos, a saber: a estiagem dos mananciais da área; poluição hídrica causada pelo uso intenso de pesticidas utilizados no combate às pragas que atacam os eucaliptais; redução da fauna silvestre; minoração da pesca; aumento da temperatura; e diminuição da pluviosidade no município.

Em 1967, ano que se deu o início do plantio do eucalipto em Conceição da Barra, a maior parte da vegetação original que cobria o município já estava bastante degradada. O

desmatamento atingiu as terras cobertas por dois tipos de vegetação: o “sapê do norte” – tipo de gramínea característica da área – e a floresta perenifólia costeira, isto é, a Mata Atlântica. Na área coberta por gramíneas, já se notava uma grande devastação devido à exploração predatória das madeiras e o desenvolvimento da atividade de pecuária. Muitos destes espaços, hoje ocupados por eucaliptais, tinham sido, outrora, áreas de pecuária extensiva.

Entretanto, as áreas de Mata Atlântica que ainda restavam no município foram totalmente destruídas através de um dos métodos mais agressivos à flora e à fauna locais. Máquinas potentes das reflorestadoras – particularmente da ACESITA –, ou seja, tratores do modelo “D8”, de esteiras rodando paralelamente, ligados por um correntão e outros equipamentos, iam passando e derrubando a mata, exterminando também todos os animais que nela habitavam.

Esse abominável processo derrubou e erradicou milhares de hectares de mata fechada, formando enormes coivaras que, na maioria das vezes, eram incineradas seguidamente. Como não é lucrativo e tecnicamente muito difícil usar a floresta tropical para a produção de celulose devido à sua heterogeneidade, as reflorestadoras preferem desmatar a floresta original para reflorestar com árvores de rápido crescimento, como aconteceu em Conceição da Barra.

O cerrado, outro ecossistema peculiar do município de Conceição da Barra, também foi extinto com a prática do desmatamento. Conceição da Barra era o único local do Espírito Santo que abrigava este tipo de vegetação, e, com a chegada do eucalipto, a fauna e flora típicas deste ecossistema desapareceram totalmente. A incisiva agressão ao meio ambiente ocasionou no município um empobrecimento do solo e uma compactação dos mesmos, nos quais, até mesmo o plantio do eucalipto, só pode ser realizado através da utilização de métodos de adubação. A implantação de outras culturas nestas áreas tornou-se praticamente impossível. O milho, o feijão e a mandioca, por exemplo, crescem atrofiados e não conseguem completar o ciclo produtivo.

No que concerne à estiagem dos mananciais de Conceição da Barra, após a implantação do monocultivo de eucalipto, houve realmente o desaparecimento de muitos córregos que drenavam o interior do município.

O Rio São Domingos, que era bastante caudaloso e servia de fonte de captação de água para o abastecimento da população local, antes da implantação do monocultivo de eucalipto em Conceição da Barra, secou por completo e um novo sistema de captação de água foi providenciado pela Companhia Estadual de Saneamento (CESAN) em parceria com a Prefeitura Municipal. O manancial utilizado atualmente é o rio Cricaré, capturado na sua

margem esquerda, ao norte do município de São Mateus, e quatro poços perfurados, pertencentes à bacia hidrográfica do rio São Mateus.

Outro problema relacionado à rede de drenagem do município e apontado nas entrevistas realizadas com a população local foi o fechamento das nascentes dos afluentes do rio Cricaré (principal rio de Conceição da Barra) pelas empresas de celulose para a construção de estradas vicinais utilizadas para o transporte do eucalipto. Ora, o encontro do rio com o mar traz alimentos para os peixes. Com a “morte” das nascentes não ocorre mais esta troca de nutrientes e tal fato causa a diminuição da pesca.

A grande quantidade de agrotóxicos utilizada nos plantios de eucalipto trouxe grande poluição à localidade. No início do reflorestamento essas substâncias eram lançadas através de pequenos aviões e, mais tarde, passaram a ser distribuídas nos plantios a partir dos próprios tratores. Com as chuvas, esses elementos são carregados para o mar, os rios, os córregos e as lagoas.

Além de afetar os peixes, a contaminação das águas dos rios, córregos e lagoas também provoca a intoxicação de outros animais que as consomem, como os animais silvestres e também os animais criados pelos moradores das comunidades que se localizam no entorno dos eucaliptais.

De acordo com Salgado e Alimonda (2016), a introdução do monocultivo de eucalipto em larga escala em Conceição da Barra trouxe vários prejuízos à localidade, tanto no âmbito ecológico quanto no econômico-social. Uma das principais justificativas é o fato de 48% da superfície total do município pertencer a apenas dois proprietários: os dois grupos empresariais que atuam na área, a FIBRIA e a Suzano Papel e Celulose.

Para esses autores, o modo de vida das comunidades camponesas tradicionais do Extremo Norte do Espírito Santo baseava-se na agricultura camponesa baseada no trabalho familiar, no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela floresta de Mata Atlântica litorânea – que supria as necessidades de água, frutos, madeira, ervas medicinais, pescado, caça – e na disponibilidade de terras que permitiam o cultivo dos roçados para o plantio de seus alimentos.

A territorialização da monocultura e o controle do espaço agrário pelo agronegócio trouxeram consequências evidentes para as populações do campo, especialmente àquelas que viviam da agricultura camponesa. O reflorestamento acarretou, em um primeiro momento, uma desapropriação das terras dos camponeses antes usados para a agricultura de subsistência. Esse episódio determinou uma diminuição do espaço agrícola do município, restringindo, assim, as áreas desses cultivos extensivos e, conseqüentemente, a oferta de

alimentos, tornando-os mais caros para o consumidor.

De acordo com Salgado (1995), se o processo econômico-social de implantação do monocultivo de eucalipto fosse menos ganancioso e dominador, poderíamos até dizer que as empresas reflorestadoras dinamizaram a economia de Conceição da Barra. Entretanto, isso não expressa à realidade plena, uma vez que a maioria da população do município não tem acesso à tecnologia e ao serviço social que as empresas oferecem à região. Estes benefícios restringem-se apenas aos funcionários das agroindústrias que atualmente passaram a ser minoria, em razão dos processos de mecanização e terceirização dos serviços.

2.3 A realidade agrária no município de Conceição da Barra/ES

De acordo com o INCAPER (2011), as principais atividades econômicas que movimentam o município de Conceição da Barra são o agronegócio da cana de açúcar e do eucalipto. Já na agricultura familiar, observa-se a importância da pesca e do turismo. O município apresenta uma área de 38.037 ha de eucalipto que responde por uma produção de 631.915 m³ de madeira em toras por ano. Associado a exploração do eucalipto, também ocorre a produção de carvão vegetal com 26.852 toneladas de carvão por ano, atividade explorada intensivamente nas comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária.

A cultura da cana de açúcar ocupa uma área de 10.000 ha com uma produção estimada em 620.000 toneladas de cana por ano, com uma média 62 toneladas por ha, a maior parte desta produção é destinada a fabricação do etanol. Destacam-se as empresas Aracruz Celulose, Infinity Bionery, Alcon, Aguardente Itauninhas, Donati Agrícola (INCAPER/ES, 2011).

A agricultura camponesa no município de Conceição da Barra vem se desenvolvendo de modo significativo nos últimos anos. O município apresenta aproximadamente oitocentos pequenos agricultores que desenvolvem uma grande variedade de atividades agrícolas destacando-se a produção do café conilon, pimenta do reino, mandioca e seus subprodutos (farinha, beju, tapioca, urucum, côco-anão e na fruticultura com vertiginoso crescimento, vem despontando a cultura do maracujá e do mamão.

O município de Conceição da Barra localiza-se no extremo norte do Espírito Santo, divisa com o estado da Bahia. Cercado de praias, o lugar, tornou-se desde 1964, um pólo de turismo bastante expressivo na região, o que contribuiu para o fortalecimento do comércio local, incluindo, especificamente, a vila de pescadores (atual distrito de Itaúnas), que se tornou o centro de visitação, sobretudo no período de veraneio e festas típicas.

Além do turismo, nos últimos 30 anos, houve um evidente crescimento de sua produção agrícola voltada para o agronegócio - cana-de-açúcar e eucalipto. Aos poucos, as vegetações nativas, foram substituídas pela ação desenfreada das empresas no cultivo das monoculturas. A produção em larga escala baseada na monocultura impulsionou a produção de celulose e álcool, incentivada pelo Estado a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) e concentrada principalmente no município de Conceição da Barra. (INCAPER/ES, 2011).

Historicamente, o modo de vida das comunidades camponesas tradicionais, do Extremo Norte do Espírito Santo baseava-se no trabalho familiar, no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela floresta de Mata Atlântica litorânea - que supria as necessidades de água, frutos, madeira, ervas medicinais, pescado, caça - e na disponibilidade de terras que permitiam o cultivo dos roçados, para o plantio de seus alimentos. A bacia hidrográfica do Rio Itaúnas, por exemplo, foi largamente utilizada para o escoamento da madeira-de-lei explorada em larga escala a partir da década de 1920, seguida pela monocultura do eucalipto. (INCAPER/ES, 2011).

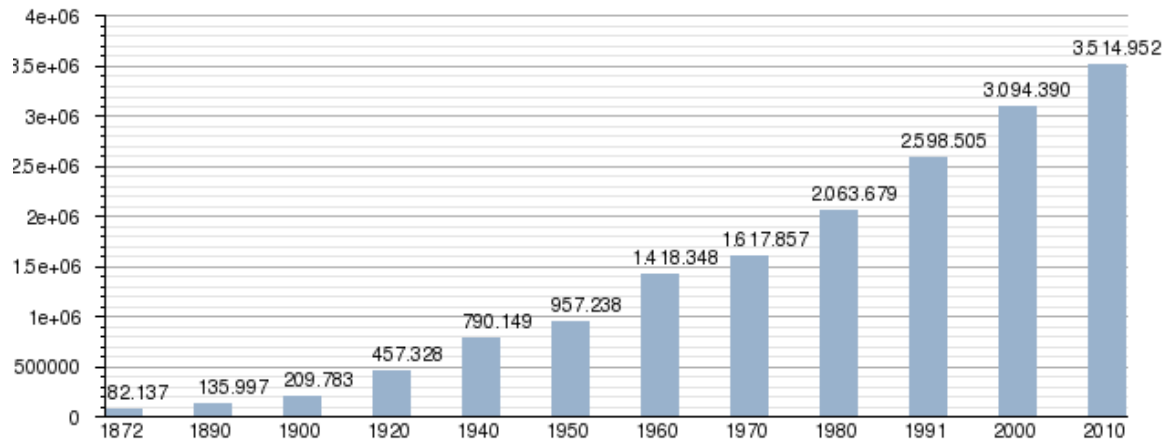
Para Salgado e Alimonda (2016), a ação do agronegócio com as monoculturas e o controle do espaço agrário pelo agronegócio trouxe consequências evidentes para as populações do campo, especialmente àquelas que viviam da agricultura camponesa. Muitos venderam suas terras a preços insignificantes, tornando-se assalariados, bóias-frias, desempregados ou se mudavam para as cidades sem quaisquer direitos, deixando para trás suas raízes culturais e o chão de onde tiravam o sustento de toda a família, através de uma produção camponesa de subsistência, em suma foram desterritorializadas, perderam seu chão, seu território.

De fato, a indústria baseada nas monoculturas de eucalipto e da cana de açúcar trouxe a concentração de riquezas e desenvolvimento desigual para a região; conseqüentemente promoveu uma situação de exclusão social e econômica no município. Os camponeses sempre tiveram muitas dificuldades no acesso às novas técnicas de produção, principalmente com as tecnologias de baixo custo econômico e de incentivo em políticas públicas governamentais para a aquisição de instrumentos e ferramentas que favoreçam uma ampliação na produção sem necessidade de grandes extensões territoriais e dentro da prática agroecológica.

Observamos que a área territorial do ES é de aproximadamente 46. 095,583 quilômetros quadrados o que significa que em 2010, a densidade populacional do estado era de aproximadamente 76,25 hab./km². Como se pode observar no gráfico 1, abaixo, desde a década de 1940 a população do ES tem aumentado pouco, porém continuamente, a

uma taxa de aproximadamente 2% ao ano (IBGE, 2010).

Gráfico 1 – Evolução populacional do Espírito Santo



Fonte: IBGE (2010).

Verifica-se no gráfico 1, que houve um aumento contínuo da população entre 1872 a 2010. Ocorre que a população do estado está desigualmente distribuída, ou seja, no estado do Espírito Santo, como se pode notar no quadro 1 abaixo, houve um processo de desterritorialização da população rural, a partir do final da década de 1980. Em 1950 79,2% da população total do estado viviam no campo. Em 2010, essa porcentagem dos moradores do campo decresceu para 16,6% da população total do estado.

Quadro 1 – População rural e urbana do estado do Espírito Santo

Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1950	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
1960	1.418.385	403.461	28,4	1.014.923	71,6
1970	1.599.335	721.916	45,1	877.419	54,9
1980	2.063.679	1.324.701	64,2	738.978	35,8
1991	2.600.618	1.924.588	74,1	676.030	25,9
2010	3.514.952	2 931 472	83,4%	583 480	16,6

Fonte: IBGE (2010).

Na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST estava sendo gestado pelas organizações em defesa da Reforma Agrária. A partir de 1985 os primeiros assentamentos do norte do Espírito Santo, localizados nos municípios de São Mateus, Pinheiros, Pedro Canário (Vale da Vitória, 27 de outubro; Juerana) começaram a dar um novo rumo à história dos trabalhadores do campo, como veremos a seguir no item que discute as políticas de Reforma Agrária e os assentamentos rurais do Espírito Santo.

3 CAMPESINATO E RESISTÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

Como em sonho correr numa estrada?
Deslizando no mesmo lugar?
Como em sonho perder a passada
E no oco da Terra tombar?
Milton Nascimento - Chico Buarque

Figura 4 – Foto de Sebastião Salgado



Fonte: Terra - Sebastião Salgado.

3.1 O Campesinato na Realidade Agrária Brasileira

Segundo Wanderley (2014), não raramente, a representação socialmente construída da agricultura brasileira a associa a grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sobre a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico. O exemplo mais expressivo, que é frequentemente veiculado nos meios de comunicação, é o das plantações de soja nas antigas regiões de fronteira agrícola do País. Na monótona paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer

presença humana. A autora pondera que esta representação é fruto de um esquecimento proposital que marcou, desde suas origens, a história do campesinato no Brasil, e que nega o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade (WANDERLEY, 2014).

Para a autora, o campesinato numa perspectiva geral

[...] corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 2).

Naturalmente, esta caracterização é bastante genérica e, assim apresentada, pode ser adequada à compreensão de uma grande diversidade de situações concretas de reprodução dos camponeses. Importa compreender as especificidades de cada uma das situações, que lhes dão conteúdo social particular. Definido como uma forma social de produção, ao campesinato corresponde a um modo de vida e à uma cultura. É necessário, pois, compreender as estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram, no Brasil, a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior perenidade.

Na obra *“Os camponeses e a Política no Brasil”*, José de Souza Martins (1986), discorre acerca da realidade camponesa e a questão agrária brasileira. O autor elabora uma crítica à expansão capitalista no campo e o modo pelo qual a produção capitalista é contraditória, apontando as formas de sujeição da renda ao capital, a subordinação do trabalhador e a recriação de formas não-capitalistas de produção.

Para Martins, camponês e latifundiário,

[...] são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1986, p. 22-23).

Ora, desde o período colonial brasileiro a concentração da terra se baseia no acúmulo e no fortalecimento das elites agrárias sobre os territórios dominados através da exploração da mão de obra escrava, de camponeses e trabalhadores livres. Ao longo de toda a história a classe trabalhadora esteve na condição de explorada. Na atualidade, tal condição permanece, agora por um poder moderno, capitalizado, e mais estratégico nas práticas de produção, como o agronegócio.

O agronegócio está inserido na lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo, em sua busca para (re) produzir e sobreviver diante das crises sobre acumulação. Constitui, no século XXI, uma das formas do capital manifestar o seu poder de (re) produção através da conquista do espaço geográfico.

Para Arruda (2013), em um processo dialético e contraditório, o agronegócio acaba reproduzindo novas relações sociais de produção ao criar novos setores produtivos, incorporando novos espaços e/ou reunificando espaços que, em outro momento histórico os havia separado. Como consequência da ordem capitalista prevalecente surgem novos rearranjos produtivos e espaciais, tanto no campo, quanto nas cidades onde predominam as atividades ligadas ao agronegócio.

Para Roos (2012), esse modelo comandado pela agricultura capitalista tem expulsado o campesinato, territorializando grandes proprietários fundiários e empresas rurais orientadas para a produção de monoculturas destinadas a exportação em oposição à demanda por alimentos. Destarte, a miséria, pobreza, violência, expulsão dos camponeses do campo, degradação ambiental e o fim da diversidade agrícola são consequências do agronegócio.

Roos (2012) enfatiza que o agronegócio possui muitas semelhanças com o latifúndio, ou seja em ambos notamos a reprodução de relações típicas da acumulação primitiva do capital como trabalhos análogos a escravidão, peonagem, superexploração do trabalho dentre outras formas degradantes da vida humana, além de serem insustentáveis economicamente sobrevivendo à custa de intervenções do Estado. Para esses autores, o agronegócio não promoveu transformações nas relações no campo, continuando a gerar violência, opressão, exploração e expulsão de camponeses, semelhante ao latifúndio.

Nesse entendimento, o agronegócio não promoveu transformações nas relações no campo, continuando a gerar violência, opressão, exploração e expulsão de camponeses, semelhante ao latifúndio. Os camponeses e suas organizações também contestam o discurso hegemônico favorável ao agronegócio.

Segundo a Via Campesina (2010) o agronegócio se pauta na financeirização e acumulação de capital, no uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas e na produção de monoculturas destinadas a exportação, gerando desemprego, concentração da terra, danos ao meio ambiente, exploração dos camponeses através do domínio da produção, circulação e comércio, provocando, sobretudo, a exclusão do campesinato e a violência no campo.

Segundo Roos (2012), os movimentos camponeses ao rejeitarem o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio têm se constituído como protagonistas na recriação e na garantia de existência do campesinato. Dentre as diferentes formas, pelas quais os

camponeses organizados nos movimentos têm resistido se destacam as ocupações de terra e acampamentos, que em diversas situações, resultaram na conquista dos assentamentos de reforma agrária.

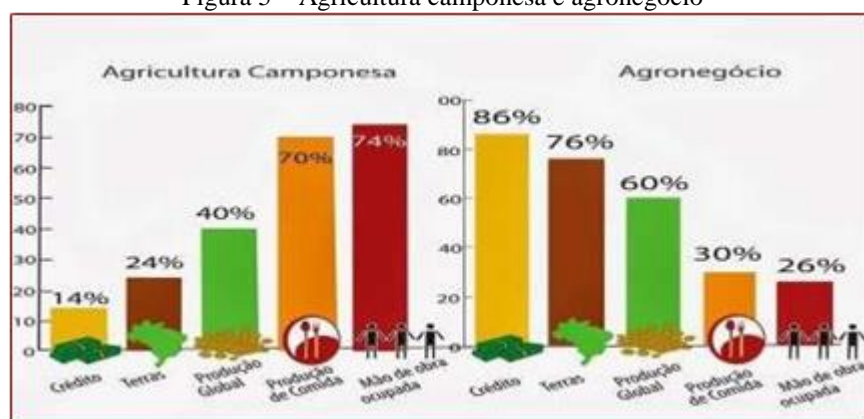
As lutas travadas para retornar e permanecer na terra são centrais na compreensão do campesinato. No entanto, as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo, nas quais o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção também precisam ser analisadas nos estudos do campesinato. Segundo (OLIVEIRA, 1996).

Destarte, encontrar-se-á agricultura brasileira assentada, de um lado, em relações especificamente capitalistas, trabalho assalariado, mecanização, alta tecnologia, e de outro, baseada na articulação de formas não-capitalistas de produção, como o trabalho familiar, por exemplo. Há momentos em que o capital abre lacunas e lança mão da produção camponesa para que possa acumular, subjugando a renda da terra (OLIVEIRA, 1996).

Portanto, uma das vias de existência do campesinato é garantida pelo próprio capitalismo, pelas contradições engendradas no seu processo de desenvolvimento. Deste modo, se o capital expropria o camponês num determinado lugar, abre a possibilidade para sua reprodução em outro, para que assim possa continuar a subjugar a renda da terra camponesa.

Baseados nas informações do MST e nos dados do IBGE (2010), na figura 5, abaixo, podemos ter uma ideia a respeito da produção camponesa e do agronegócio, permitindo uma comparação entre as formas de produção.

Figura 5 – Agricultura camponesa e agronegócio



Fonte: IBGE (2010).

Conforme esse quadro se verifica que 70% da produção de comida vêm da agricultura camponesa que apresenta 74% da mão de obra ocupada. Todavia, este modelo dispõe de apenas 24% das terras e tem acesso apenas 14% do crédito. Por sua vez, o agronegócio tem acesso a 86% do crédito e 76% das terras, mas apresenta apenas 26% da mão de obra ocupada

e fornece somente 30% da produção de comida do país.

3.2 Os Movimentos Sociais e a luta pela terra no Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo apresenta alta taxa de concentração fundiária, onde os grandes proprietários concentram grande parte das terras do Estado, dominando a propriedade da terra e o desempenho de sua função social.

Conforme Souza et al. (2005, p. 40):

As décadas de 50 e início da década de 60 do século passado foram marcados por grandes conflitos no Campo no estado do Espírito Santo. Esses conflitos se deram de duas formas: de um lado, os ataques às comunidades camponesas, principalmente, caboclos que não tinham suas terras documentadas – os chamados posseiros. Por outro lado, os conflitos promovidos pelo grande capital, ou seja, as grandes empresas do setor de eucalipto, como a Aracruz Celulose, principalmente contra as comunidades indígenas e quilombolas. Em ambos, o Estado foi conivente, se omitindo, e permitindo a ação livre de pistoleiros que atacavam abertamente as comunidades, destruindo plantações e incendiando casas de camponeses e comunidades indígenas.

Pizzeta (1997), afirma que a luta pela terra no estado do Espírito Santo recebeu forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), por servir muitas vezes de espaço de esperança e diálogo para o povo, expor suas angústias sobre os grandes impactos gerados pela desigualdade na região. “[...] as Ceb’s eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, aprender e se organizar para lutar, para enfrentar de fato, o inimigo, para transformar a realidade dura e sofrida. (PIZZETA, 1997, p. 74).

Outro espaço de socialização dos problemas e expectativa de novas esperanças foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cujo trabalho priorizava a formação de lideranças, que animavam grupos de Sem Terras que surgiam em vários municípios do norte do Estado, denunciando também as injustiças e violências praticadas contra os trabalhadores rurais. O que fortalecia ainda mais a cada letra de canto religioso que denunciava e mostrava a dura realidade.

O que ficava cada vez mais claro, pois a própria letra dos cantos denunciava a vida sofrida a que é submetido o trabalhador, pois além da exploração do trabalho lhe é também negada à possibilidade de uma vida digna no campo, tirando o direito a partilha da terra, a autonomia sobre ela e a produção de alimentos para subsistência. Elementos fundamentais negados pelo capitalismo e agronegócio, que possibilita a concentração e acumulação da terra e do poder pelo capital, o que acontece desde os primórdios da Colonização brasileira. Segundo Fernandes (2008, p. 48): “O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do

trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico”.

Essas características foram às bases sobre as quais se alicerçou a produção agropecuária e a estrutura da propriedade da terra, onde os trabalhadores tiveram suas terras tomadas para dar lugar ao pasto, à criação de boi e implantação de projetos de monoculturas. Sendo necessária a Reforma Agrária, um projeto popular capaz de provocar a sociedade e as instituições para refletirem sobre a questão agrária e o tamanho dos latifúndios, assim como sua função, mostrando para a sociedade a necessidade de terra para a produção de alimentos, moradia para os povos do campo e não só para a criação de gado.

Para Paulino e Fabrini (2008), o estudo minucioso de dados de produção, uso do solo e geração de renda lhe permite indicar que a reforma agrária é um dos caminhos possíveis para o cumprimento da função social da propriedade, princípio tomado como fundante do desenvolvimento em outras bases.

Portanto era preciso se mobilizar em massa unindo forças, através da igreja, Sindicatos e movimentos sociais, para romper com a exclusão latifundiária que amargava a vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras. Derrubando cercas e enfrentando o latifúndio com o objetivo de devolver aos sujeitos do campo o direito a um retorno digno capaz de transformar a paisagem do latifúndio na paisagem do camponês, substituindo a paisagem homogênea e as cabeças de gado por homens mulheres, crianças e produção de alimentos.

Nota-se que nesse percurso de luta pela terra os camponeses, mediante um processo de articulação/conscientização, foram conquistando áreas e espaços onde passam a ser reconhecidos e, na continuidade do processo, vão-se conformando num movimento social de luta pela Reforma Agrária, com características próprias.

Segundo Grzybowski (1991), os movimentos de camponeses foram muitos, em diversos locais, expressando distintas formas de organização e de manifestação das ações. Dependendo da localidade e do contexto histórico, embora com a marca da unidade nas causas que fizeram desencadear os movimentos - dos assalariados rurais, dos posseiros e dos pequenos proprietários, dos arrendatários – essas organizações apontam para um processo de organização política.

O autor destaca quatro frentes de luta pela terra: Movimentos dos Posseiros, Movimento dos Sem-Terra, Movimento das Barragens e as Lutas Indígenas. Os Movimentos dos Posseiros são localizados, particulares e fragmentados. Nas suas lutas a terra é sempre definida e se restringe à terra em disputa e às famílias instaladas, isto é, as lutas se encerram com a solução do conflito, ou com vitória ou com derrota dos posseiros. Entre as situações

das lutas dos posseiros, destacam-se os movimentos de posseiros da fronteira agrícola da Amazônia que não difere dos de outras fronteiras. As lutas têm origem na expropriação dos posseiros por empresas agropecuárias, favorecidas pelos incentivos fiscais em geral. Entretanto, o Movimento dos Sem-Terra “é o que apresenta maior grau de articulação interna entre os movimentos de luta pela terra e, por isto, revela maior homogeneidade nas formas de luta em seus vários conflitos particulares”. (GRZYBOWSKI, 1991, p. 22).

Na perspectiva em que a questão da terra é tratada, observa-se a relação dos movimentos sociais do campo com a luta pela terra. Martins remonta o processo da disputa pela terra que traz à tona o confronto entre camponeses e fazendeiros, quando a fazenda incorporou a terra, passando a ser sua principal parte em substituição ao escravo.

Com o agravamento dos conflitos, provocado pelo “recrudescimento da questão agrária promovido pela expansão do capitalismo no campo e pela não realização da reforma agrária” (FERNANDES, 2000, p. 44-45), o autor apresenta, em sua abordagem, três frentes de luta no campo: a) a luta dos trabalhadores rurais assalariados que reivindicavam melhoria nas suas condições de trabalho e por melhores salários; b) as lutas dos posseiros contra a grilagem de terras dos latifundiários e das empresas, e, c) as lutas dos sem-terra, nas ações, entre outras, de ocupação e acampamentos.

Dentro do conceito de movimentos socioterritoriais, Fernandes (2005), deixa claro a formação das territorialidades a partir das vivências sociais, dentro do espaço de convivência e organização social do lugar e espaço de sua formação através das relações com todos os elementos materiais e imateriais.

Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. (FERNANDES, 2005, p. 3).

Então podemos dizer que apesar dos avanços das lutas dos movimentos sociais em defesa da reforma agrária e contra o capitalismo no campo (leia-se: agronegócio), ainda há um caminho longo e tortuoso a ser trilhado pelo MST, que, neste contexto, tornou-se a organização muito importante no espaço dos movimentos sociais do Brasil, criado em 1984, no momento em que o Brasil passava por uma grande reformulação política. O MST é oficialmente fundado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, e tinha como preceito no seu objetivo central discutir e mobilizar a todos os trabalhadores rurais brasileiros, em torno da construção e reivindicação da Reforma Agrária. Desta forma, no início da década de 80 se iniciou o

processo de ocupações de forma massiva e todas as lutas que vinham acontecendo isoladamente pelo país, passaram a se articular em coletividade com o MST. (CIDAP/MST, 1993)

No primeiro Congresso com a palavra de ordem "Sem reforma agrária não há democracia", em 1985, reuniu 1.500 delegados, sendo criada a Coordenação Nacional do MST, com representantes de 13 Estados do Brasil. Estabeleceram nesse congresso quais seriam as bases para a formação do Movimento e seus objetivos, esses que a partir daí se tornariam fundamentais para a amplitude que o MST passaria ganhar. Assim, nesse Congresso foi decidido: a) que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; b) organizar os trabalhadores rurais na base; c) dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; d) articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina; entre outros. Neste contexto de redemocratização do país, também em 1985, surgiu a proposta para a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária. (CIDAP/MST, 1993)

Como se sabe, o MST nasceu justamente num período histórico repleto de conflitos existentes na cidade e no campo. Este último já estava vivendo uma intensa modernização agrária, fruto do capitalismo industrial que estendia seus domínios sobre a América Latina, oferecendo máquinas para acelerar a produção e substituir centenas de trabalhadores, como os bóias-frias e demais assalariados que viviam em fazendas de cana, soja, milho, trigo e assim por diante. O desemprego no campo e na cidade era um fantasma que atraía a fome, a miséria e a exclusão. O caos estava instaurado. Então, podemos (re) afirmar que, realmente, o MST “nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar” (FERNANDES, 1998, p. 16).

Para Fernandes (1998), toda essa então “modernização” fornecia crédito rural subsidiado apenas para os grandes latifundiários e entregavam drasticamente as terras públicas para as grandes empresas multinacionais. Toda essa política de beneficiamento ao capital internacional fizeram com que um contingente cada vez maior de trabalhadores, esses que eram meeiros, arrendatários e posseiros, fossem excluídos do acesso à terra.

Fernandes nos aponta em *A formação do MST no Brasil* (2000), que o MST nasceu da ocupação da terra, e passou a ter por essa ação seu principal instrumento de luta contra a concentração fundiária e contra o próprio Estado. Essa forma de luta ocorre pelo fato da não realização da reforma agrária, e é por meio das ocupações que esses trabalhadores intensificam suas lutas e ganham visibilidade.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST (FERNANDES, 1998, p. 33).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra construiu objetivos que vão além da reforma agrária popular, pois também há o trabalho de instâncias, que articulam discussões sobre transformações sociais importantes para o Brasil, no que diz respeito nos princípios e valores que garantam à inclusão social. Atualmente, o MST se faz presente nos 27 estados da federação, o que ilustra sua representatividade em todos estados nacionais. A sua estrutura organizacional baseia-se em uma verticalidade iniciada nos núcleos (compostos por 500 famílias) e seguindo pelas brigadas (grupo de até 500 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional. (FERNANDES, 1988).

Na compreensão de Fernandes (1988, p. 27) “o processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política [...]”, desta forma, sua maior instância da organização é o Congresso Nacional, que ocorre a cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas. Os coordenadores e os dirigentes nacionais, por exemplo, são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. Um dos dirigentes públicos do movimento é João Pedro Stédile, porém, o movimento prefere não rotular alguém com o título de principal dirigente, evitando o personalismo. O MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade.

Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, sendo criados e formalizados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias. (Direção Nacional do MST, 2014).

Pode-se afirmar, com base na sua história, que o MST se tornou mais que um movimento social, podendo ser reconhecido, também, como um movimento socioterritorial, pela existência de sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território, de fato e de direito, já que uma das bandeiras históricas do movimento é justamente a efetivação da Reforma Agrária.

Vale ressaltar que embora esse trabalho trate diretamente das especificidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existem outros Movimentos de Luta pela Terra no Brasil, como, por exemplo, Movimentos dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária (MOSLUTRA), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (MTBST), Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB), Movimento Unidos dos Sem Terra (MUST) dentre outros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cresce constituindo-se um movimento de massa, que luta pela reforma agrária frente ao Estado, pressionando o Governo para a distribuição das terras no país, em busca do legado constitucional que diz que “a terra tem que cumprir sua função social”.

Desta forma, tanto no País como no Estado do Espírito Santo, como será abordado mais adiante, o desenvolvimento econômico da agropecuária sofreu mudanças significativas a partir da década de 60, resultante também de todo o processo histórico de modernização e ampliação das técnicas da modernidade da agricultura brasileira sempre manteve a exclusão e a exploração dos trabalhadores camponeses, perpetuando as desigualdades sociais no campo.

Ao empenhar-se pela Reforma Agrária, que envolve a luta pela terra e por uma política agrícola, envolvendo crédito, preços para os produtos, assistência técnica, educação, seguro rural, comercialização e outros, o MST adquiriu uma amplitude social maior do que as reivindicações do campo sindical: passou a ser não apenas a luta de uma categoria social, mas também a de trabalhadores e da sociedade como um todo, já que a Reforma Agrária é condição para resolver uma série de problemas que afetam o conjunto da população tanto urbana como rural. (PIZZETA, 1999, p. 53).

Conforme Pizzeta (1999), os camponeses perceberam que somente através da luta organizada poderiam vencer algumas barreiras de acesso a terra, e que com luta através do MST poderiam conquistar a terra prometida, estabelecendo territórios, que não só era estabelecida a produção de alimentos, mas também uma nova classe de trabalhadores camponeses, vinculados a uma luta de classe. “Todas essas lutas são configuradas de forma universal, mas não exclusiva pela dinâmica de classe, que se combina de maneira complexa com fontes vivenciais e estruturais de outras contradições sociais (BERNSTEIN, 2011, p. 142)”.

Bernstein (2011) afirma que a necessidade de formalização das lutas de massas, dentro da classe de trabalhadores camponeses, a fim de se estabelecer uma nova luta, com agora

trabalhadores que já não se enquadra mais nos chamados “desempregados”, mas na formulação disseminação da classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.

Para estas famílias, a decisão de entrar na luta pela terra se origina das relações ao longo de sua história de vida. O rompimento dos vínculos de dependência com os proprietários da terra, as constantes migrações, a falta de trabalho, revelou o significado da propriedade e do trabalho. É uma noção de trabalho que organiza as novas concepções de vida, do movimento social, das relações sociais, dos novos valores e do seu projeto de vida (SIMONETTI, 2011, p. 54).

As considerações aqui expressas demonstram que a luta pela terra e a organização dos camponeses tem sido uma longa caminhada e um longo aprendizado na esperança de uma vida mais digna.

3.3 Políticas de Reforma Agrária e os Assentamentos do norte do Espírito Santo

Esse trabalho não tem o propósito de realizar um estudo panorâmico acerca das políticas de Reforma Agrária, por não ser este o foco dessa dissertação, outrossim, busca considerar, neste capítulo, algumas questões pertinentes sobre o tema, como forma de estabelecer uma linha entre a política de assentamentos do MST e sua efetiva realização enquanto resultados da luta pela desapropriação de latifúndios e estabelecimento de centenas de famílias camponesas.

Conforme apontam Polinski e Pinto (2009), a aplicação da política agrária do Estado, baseada na desapropriação do latifúndio “improdutivo” para “projetos de assentamento” e seus programas de “créditos” e outros é, em essência: capitalizar latifundiários; fornecer/disponibilizar aos latifundiários, na região dos “projetos de assentamentos”, força de trabalho farta e barata; atar o campesinato ao latifúndio através da dívida e ruína inevitável; despovoar as áreas rurais através da repressão sistemática do Estado.

Fica evidente, segundo eles, que um dos maiores interessados na manutenção do latifúndio é o sistema financeiro internacional, ou seja, o governo. Estreitamente ligada a este setor, a burguesia rural, detém vastas extensões de terra para a produção de soja, cana e gado, entre outros, conformando os latifúndios capitalistas, que por sua vez têm como reserva, não apenas todo o aparato técnico-científico do Estado para aumentar a sua produtividade, como as vastas extensões de terra nas mãos do latifúndio improdutivo para expandir a produção. Estes constituem a nata da reação à democratização da propriedade da terra.

Entretanto, é impossível discutir políticas de reforma agrária no Espírito Santo sem abordar o papel relevante do MST nesse contexto histórico e sua contribuição para o novo

campesinato, forjado pela luta a partir da década de 1980, sobretudo no norte do estado, como veremos a seguir.

A trajetória histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Espírito Santo revela um processo de construção coletiva, em que sujeitos, alijados da sociedade pelos sucessivos modelos de desenvolvimento adotados ao longo da história do Brasil, tomando consciência da situação em que vivem, decidem partir para ação e lutar pelos seus direitos, historicamente negados pelas classes dominantes do país.

Por volta dos anos de 1970 com o avanço do capitalismo no campo, os trabalhadores e trabalhadoras Rurais foram obrigados a deixarem a terra e migraram para as periferias das grandes cidades e vilas, formando um grande contingente de assalariados rurais e subempregados vivendo em condições precárias e subumanas.

Na tentativa de buscar saídas para mudar essa realidade, começaram a se organizar em grupos para discutirem quais as formas de se exigir do governo o cumprimento do Estatuto da Terra, lei que estabelecia a realização da Reforma Agrária.

O primeiro grupo sem terra do Espírito Santo, era formado basicamente por trabalhadores rurais desempregados. Foi constituído em 1983, num bairro periférico de São Mateus, o qual passou a ter o acompanhamento e orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Mateus. A partir daí, outros grupos se formaram em outros municípios como estratégia de pressionar o governo do estado, por meio de negociações, para a conquista da terra.

A partir dessas mobilizações, em 1984, as primeiras famílias sem terra conquistaram dois assentamentos no município de Jaguaré. Como resultados do processo de negociação surgiram, ainda nesse período, outros oito assentamentos. Neste momento histórico a conquista da terra se deu através de reivindicação e negociação entre os Sindicatos (combativos) e o governo do estado via secretaria da agricultura.

Quadro 2 – Relação dos assentamentos resultantes das negociações com o governo do Estado do Espírito Santo

Assentamentos	Data de Criação	Área (ha)	Nº Famílias	Habitantes	Município
Córrego da Areia	Nov.84	310,0	40	-	Jaguaré
Córrego Grande	Fev.85	265,0	27	152	São Mateus
Rio Itaúnas e Rio Preto	Jun.85	458,0	33	195	Conceição da Barra
Bela Vista	Jun.85	208,0	34	219	Montanha
Córrego do Balão	Jul.85	42,6	07	36	Montanha
Córrego da Onça	Dez.85	90,0	08	-	Jaguaré
Nova Vitória	Fev.86	525,0	32	212	Pinheiro
Onze de Agosto	Fev.86	126,0	11	45	Pinheiro

Fonte: MST/ES (2005).

A participação dos trabalhadores nos encontros, mobilizações, reuniões, estudos, etc. contribuiu para elevação do seu nível de consciência, levando-os a perceberem a situação em que se encontravam e a se identificar com outros que viviam na mesma condição, impulsionando-os a buscar outras alternativas de lutas. Com a realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Curitiba-PR, em janeiro de 1984, que contou com a participação de lideranças dos trabalhadores rurais do Espírito Santo, foi possível a percepção de novas estratégias de luta pela terra. No ano seguinte foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem terra, com a participação de vários delegados do Espírito Santo.

As lideranças dos Sem Terra retornaram do Congresso, acima mencionado, imbuídas do sentimento de consolidar o MST no Espírito Santo. Isto foi almejado com a realização de uma grande ocupação no dia 27 de outubro de 1985, com aproximadamente 300 famílias, de diversos municípios do norte do estado. Essa histórica ocupação ocorreu na fazenda Georgina localizada no distrito de Nestor Gomes, interior do município de São Mateus, da qual resultou na criação de quatro assentamentos.

Segundo Pizzeta (1999), com o desenrolar da luta pela reforma agrária, novos desafios foram surgindo, tais como: a organização interna dos assentamentos, melhoria da produção, formação política para a militância, acesso à educação, etc. Assim, o MST foi crescendo tanto em áreas conquistadas, quanto em número de pessoas envolvidas.

Na segunda metade da década de noventa, o MST conquistou um número significativo de assentamentos, espacializou-se em outras regiões do estado, conquistando assentamentos na região centro e sul do Espírito Santo, ganhou visibilidade se constituindo como a principal referência para os movimentos populares do estado. Ao longo desses 27 anos de existência, o MST vem mobilizando as famílias sem terra que sonham em conquistar a terra e transformar sua realidade de vida marcada pela exclusão.

No ano 2013 o MST está territorializado em 26 municípios, conquistando 62 assentamentos, onde vivem cerca de 2.786 famílias, totalizando uma população de 13.930 pessoas e 06 acampamentos com 538 famílias. As famílias assentadas se auto organizam em núcleos de base, associação de agricultores, setores locais (educação, finanças, gênero, saúde, produção, comunicação, frente de massa, juventude e cultura) que se constituem como espaços de discussão das demandas e desafios dos assentamentos e se articulam na coordenação estadual e nacional.

As questões centrais relacionadas à vida do assentamento são pautadas na coordenação e direção estadual constituídas por representantes dos referidos setores que discutem e

encaminham as orientações políticas, técnicas e administrativas para serem implementadas nos assentamentos. Destaca-se a existência da coordenação e direção regional que articula os assentamentos próximos e tem o papel de discutir os problemas regionais e encaminhar a execução das ações planejadas a nível estadual e nacional. (CIDAP/MST, 1993)

A economia dos assentamentos do Espírito Santo baseia-se na agricultura camponesa. Sendo que as principais culturas agrícolas são: o café, a pimenta-do-reino, horticultura, fruticultura, mandioca, pimenta-malagueta, coco, seringueira e cereais. Em grande parte dos assentamentos existem experiências de agroindústrias, principalmente na produção de farinha de mandioca. Há, também, a prática de criação de animais: bovinos, suínos e aves. Os alimentos produzidos nos assentamentos além de contribuir para a alimentação das famílias são comercializados nas feiras livres das cidades e vilas próximas. Outros produtos são comercializados a nível local e regional.

Embora campo e cidade sejam utilizados como pontos estratégicos para o desenvolvimento do agronegócio, o estudo focaliza a forma pela qual esse braço do capitalismo neoliberal interfere no campo e, mais especificamente, em áreas de assentamentos do MST, como é o caso em estudo: O Assentamento Paulo Vinhas, localizado no município de Conceição da Barra.

O município de Conceição da Barra torna-se alvo do agronegócio desde a década de 1970 e mais acentuadamente, a partir da década de 1990, como se pode notar no decorrer desse estudo. De acordo com o INCRA (2011) o Estado do Espírito Santo possui atualmente 89 assentamentos rurais (69 criados pelo Governo Federal e 20 pelo Governo Estadual) que ocupam uma área de 46.850 hectares. Com um total de 4.433 famílias potencialmente assentadas As famílias de assentados fazem parte das propriedades 31 capixabas da agricultura familiar, produzindo principalmente café e a maior parte dos alimentos presentes diariamente na mesa dos capixabas.

Segundo Silva (2013), os 61 projetos de assentamentos eram considerados de algum modo vinculados ao MST, abarcando 2.723 famílias, pouco mais de 60% do total, Essa vinculação está associada, em grande maioria deles, aos processos de reivindicação e luta pela terra que deram origem aqueles assentamentos, articulados ou mediados pelo Movimento. Neste ponto é preciso ter em mente que a implantação e organização dos assentamentos consistem também em processos contínuos de conflitos e disputas pela construção e hegemonia daqueles espaços sociais, nos quais o Movimento não é, em absoluto, o único agente sócio-político em ação, e tampouco o principal, em alguns casos.

3.4 Políticas de Reforma Agrária e os Assentamentos no município de Conceição da Barra/ES

Os aspectos fundiários de um município refletem a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais).

Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais). Em Conceição da Barra o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

Nos dados do IBGE (2010), de 1970 ao ano 2000, deixaram do campo capixaba quase 35% da população. E no município de Conceição da Barra Espírito Santo saiu mais de 41% da população do campo. Os cidadãos brasileiros têm o direito de escolher onde prefere morar, no campo ou cidade. Mas, no caso brasileiro e, especificamente no município de Conceição da Barra, isso não pode ser considerado opcional, foram muitas famílias saindo do campo em um espaço muito curto de tempo. Por isso, entendemos que esse processo foi uma estratégia ofensiva do agronegócio e das perspectivas econômicas da implantação da monocultura, que expulsa a grande massa da população camponesa de seus espaços nativos.

A Reforma agrária, no viés da luta do Sem Terra, tem tido uma das poucas ações de garantia o retorno e permanência das famílias para o campo no Espírito Santo e, em especial município de Conceição da Barra. No total são 240 (duzentos e quarenta) famílias oficialmente instaladas em cinco assentamentos de Reforma Agrária no município, totalizando um número de 7.176 habitantes, promovendo o caminho inverso possível de ser entendido a partir da análise de que (27,08%) dos 26.494 do total dos habitantes do município de Conceição da Barra hoje são assentados e filhos de assentados. (CIDAP-ES, 2012).

Os Assentamentos de Reforma Agrária representam uma semente na esperança que busca a força organizada do povo para construir no campo um lugar bom de viver. Pois quem sai do campo leva consigo a saudade da terra natal e a esperança de construir uma nova vida em outro lugar, porém quem é expulso de sua terra leva consigo a esperança de retornar ao campo e construir dias 22 melhores. Mas, poucos são os que adquirem recursos financeiros

para comprar um lugar e viver no campo. Por isso, a maioria só pode realizar este sonho, se sonhar no coletivo. Encontrar consonância no campo da luta e viabilizar o retorno ao campo só é possível através da luta e teimosia daqueles que ousam sonhar juntos.

De acordo com os dados do IBGE, de 1970 ao ano 2000, saíram do campo capixaba quase 35% da população. E em Conceição da Barra Espírito Santo saiu mais de 41% da população do campo. Todos têm o direito de optar onde prefere morar, campo ou cidade. Porém, no caso brasileiro e, em especial no município de Conceição da Barra, isso não pode ser considerado opcional, sair tanta gente do campo em tão pouco tempo. Por isso, entendemos que esse processo fez sim parte da ofensiva do agronegócio e dos projetos econômicos implantados, que expulsa numerosa quantidade de pessoas do campo.

A Reforma agrária, através da luta do Sem Terra, tem sido uma das poucas ações que possibilitou o retorno e permanência de diversas famílias ao campo no Espírito Santo e, em particular, em Conceição da Barra. São 240 (duzentos e quarenta) famílias oficialmente instaladas em cinco assentamentos de Reforma Agrária no município, totalizando um número de 7.176 habitantes, promovendo o caminho inverso possível de ser entendido a partir da análise de que (27,08%) dos 26.494 do total dos habitantes do município de Conceição da Barra hoje são assentados e filhos de assentados.

Quadro 3 – Assentamentos no município de Conceição da Barra

Nº	Assentamentos no município de Conceição da Barra	Nº de Famílias	Área Ha.	Data de Criação	INCRA	SEAG
01	Valdício B. dos Santos	89	888,40	09/04/96	X	-
02	Paulo Vinhas	63	474,09	05/12/96	X	-
03	Independência	10	103,0	14/03/88	X	-
04	Pontal do Jundiá	48	778,27	16/12/89	X	-
05	Rio Preto/ Ituanas	30	460,0	25/08/85	-	X

Fonte: MST (2005).

A luta por Reforma Agrária vai além de um debate sobre questão da terra, que envolve reestruturação fundiária, alteração das relações de poder melhor organização na política de distribuição da terra e renda, ela leva em conta a questão na mudança do modelo tecnológico aplicado na agricultura tradicional e mesmo naquelas com práticas já ultrapassadas. O processo de resistência desses povos camponeses resistiu às investidas do agronegócio na região, tendo como sustentação a vontade de viver no campo, e conseguindo manter uma produção camponesa capaz de dar sustentabilidade à subsistência familiar. “A agricultura do futuro deve ser tanto sustentável, quanto altamente produtiva”. (GLIESSMAN, 2009, p. 52).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) incorpora a

sustentabilidade em sua visão de reforma agrária e em sua proposta para os assentamentos. Trabalha não só na perspectiva da conquista da terra, mas no intuito de construir novas relações sociais do trabalho na agricultura. Entre os diversos aspectos que envolvem os assentamentos, como exemplo, pode-se citar a educação, as cooperativas e a assistência técnica. “Todos que trabalham com a reforma agrária, além de estarem em volta dos problemas práticos, enfrentam a questão dos fundamentos e dos objetivos de seu trabalho”. (STÉDILE, 2002, p. 94).

Porém, é notável a presença de assentados nas fazendas de agronegócio na região, constituindo-se uma grande contradição e contrariando os princípios básicos do movimento, além de colocar em risco o sentimento de pertença. Tal situação pode ser explicada levando em consideração as dificuldades que os assentados do Assentamento Paulo Vinhas atravessam em relação à prática de uma agricultura camponesa eficiente e eficaz. Ora, o modelo que a maioria dos camponeses vem reproduzindo tende a reduzir ainda mais a capacidade da produção camponesa, a capacidade de controle e pragas e doenças, além de possibilitar a contaminação da água, entre outros. Estas questões nos apontam para um sistema que não está mais garantindo a sobrevivência do homem no campo, significando que o trabalhador precisa investir em tecnologias diferentes, para uma mudança no sistema de produção mais eficaz a realidade e às atuais necessidades para o fortalecimento da agricultura camponesa estabelecida pelos agricultores do Movimento Sem Terra.

Essa constatação foi decisiva para a construção deste trabalho de pesquisa, ao refletir sobre o que vem ocorrendo no modelo de produção agrícola dos assentamentos do município de Conceição da Barra e os motivos que levam os assentados a perderem o estímulo e, o que é mais grave, se renderem ao círculo vicioso do agronegócio capitalista que, cresce cada vez mais, na região.

As comunidades camponesas do interior do município de Conceição da Barra vivem da pequena agricultura de subsistência, da tradicional produção da farinha, da produção do carvão, realizada predominantemente por famílias do distrito de Braço do Rio através do aproveitamento econômico dos resíduos da monocultura do eucalipto, e do escasso trabalho oferecido pelas agroindústrias de celulose e de açúcar/ álcool. Na monocultura de eucalipto da majoritária Aracruz Celulose, da Bahia Sul Celulose e da Companhia Suzano de Papel e Celulose, as atividades do plantio, roçado e cortes são mecanizadas e não necessitam empregar um grande número de funcionários. A mecanização também reduziu o número de empregos nas usinas de cana impulsionadas pelo Proálcool no início da década de 1980.

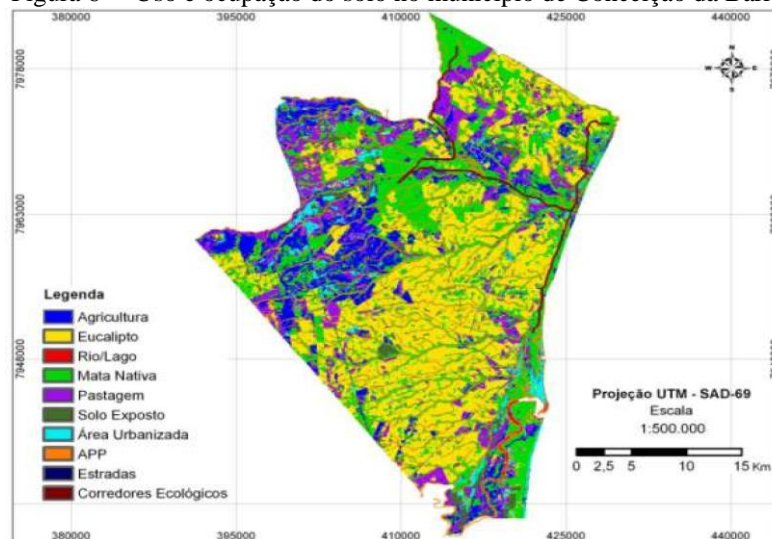
Em meio aos territórios da agroindústria ocupados pelas extensas monoculturas do

eucalipto e da cana realiza-se a produção de alimento. Os assentamentos rurais respondem por parte considerável da produção de alimentos, muitas vezes comercializada nas feiras locais. Observamos que estes assentamentos são implantados a partir da década de 1980, quando as monoculturas do eucalipto e da cana já se encontravam consolidadas. Representando uma lógica diversa da agroindústria no uso da terra, os assentamentos rurais demonstram a negativa da expropriação por parte desta população camponesa, que retorna à terra com maior estrutura produtiva que as comunidades rurais nativas.

Vimos, portanto, que no momento atual o município de Conceição da Barra constitui um mosaico de realidades justapostas e sobrepostas, onde se destaca a grande concentração de terras implantada pelas monoculturas do eucalipto (majoritária) e da cana-de-açúcar, territórios da agroindústria que circundam os núcleos urbanos da Sede, Cobraice, Sayonara, Braço do Rio e Itaúnas, os cinco assentamentos e as 14 comunidades rurais, as 4 Unidades de Conservação. Cada realidade é dirigida por uma lógica específica do uso da terra, água e outros recursos naturais, por uma lógica específica de produção e reprodução social.

O modo de vida das comunidades camponesas tradicionais, do Extremo Norte do Espírito Santo baseava-se no trabalho familiar, no uso predominantemente extrativista e comunal do meio natural coberto pela floresta de Mata Atlântica litorânea - que supria as necessidades de água, frutos, madeira, ervas medicinais, pescado, caça - e na disponibilidade de terras que permitiam o cultivo dos roçados, para o plantio de seus alimentos. A bacia hidrográfica do Rio Itaúnas, por exemplo, foi largamente utilizada para o escoamento da madeira-de-lei explorada em larga escala a partir da década de 1920, seguida pela monocultura do eucalipto.

Figura 6 – Uso e ocupação do solo no município de Conceição da Barra



Fonte: Incaper/Conceição da Barra.

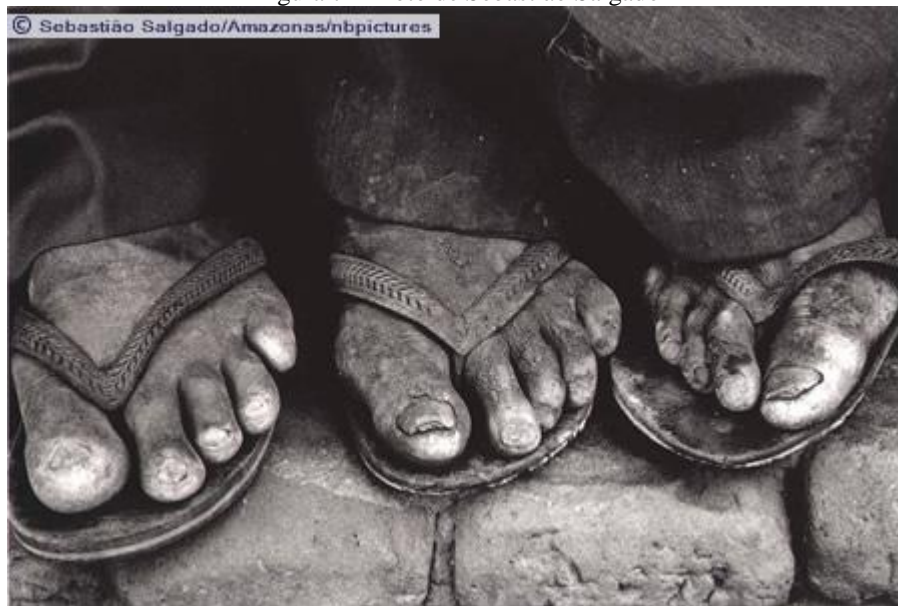
Como se pode observar na figura 4, que mostra a extensão territorial do município de Conceição da Barra e o tipo de ocupação, verificamos que a maior parte do espaço territorial é ocupada pela monocultura do eucalipto, principalmente na grande faixa litorânea. Levando em conta a agricultura do município mostra toda a área plantada, o que inclui também a produção em média e grande escala da cana-de-açúcar, mamão e outras práticas agrícolas empresariais desenvolvidas no território do município de Conceição da Barra. Além disso, o eucalipto ocupa o maior espaço territorial, traz evidência do número de comunidades camponesas que deixaram de existir, nos mais variados espaços do município.

A seguir daremos destaque ao território destacando as várias dimensões de análise sobre o Assentamento Paulo Vinhas e a geografia da resistência.

5EOGRAFIA DA RESISTÊNCIA: O ASSENTAMENTO PAULO VINHAS FRENTE À MONOCULTURA DE EUCALIPTO

Habitar uma lama sem fundo?
 Como em cama de pó se deitar?
 Num balanço de rede sem rede
 Ver o mundo de pernas pro ar?
 Milton Nascimento - Chico Buarque

Figura 7 – Foto de Sebastião Salgado



Fonte: Terra - Sebastião Salgado

4.1 O Assentamento Paulo Vinhas: Pertença, memória e resistência

Optamos por realizar uma pesquisa de campo de base qualitativa com vistas a perceber o cotidiano dos moradores do Assentamento Paulo Vinhas e a partir daí, detectar as distintas formas como se manifestam nos camponeses o sentimento de resistência e a dinâmica de permanência na terra conquistada.

No entanto, a memória e o sentimento de pertencimento são dois elementos que movem esse estudo, sendo, necessário, descrevermos o contexto histórico através da voz dos seus verdadeiros protagonistas: os camponeses que participaram do percurso da luta pela terra no norte do Espírito Santo, mais especificamente no município de Conceição da Barra e arredores. O texto que se segue é uma síntese das narrativas emocionadas que ouvimos dos camponeses do Assentamento Paulo Vinhas. Conversamos com os mais antigos, aqueles que participaram de todos os momentos, assim distribuídos: ocupação, acampamento, assentamento.

Foi realizado o questionário com treze assentados, sendo que, sete deles em suas próprias residências, e seis entrevistas em foram realizadas nos locais de trabalho, dentro de seus lotes, durante sua jornada de trabalho dos camponeses. Somente um camponês estava sem a companhia de sua esposa, e das mulheres assentadas também não tinha a companhia de seus companheiros. Todas as entrevistas foram feitas de forma em tranquila, onde os assentados demonstraram muita confiança e sinceridade ao responder a cada pergunta, e a cada resposta uma mensagem de esperança, comprometimento e confiabilidade era formalizada.

E foi assim, sentado em bancos de madeira, em redes penduradas aos pés de laranja, nos pés de coco, e ou em muretas das varandas, as entrevistas foram realizadas, e a cada conversa, uma nova história de superação e fortalecimento da resistência da agricultura camponesa no Assentamento Pulo Vinhas foi sendo lembrada e contada, e o brilho nos olhos daqueles que construíram com muita luta e determinação, um novo espaço em que pudesse de fato acomodar sua família e formalizar seu próprio território.

Seu Angelino foi um dos primeiros camponeses a estabelecer moradia no Assentamento. Falante e animado, seu Angelino sempre gostou de contar a história da luta que participou, parte como militante ao lado de outros companheiros, como a dona Nadir, uma das mais antigas camponesas de Paulo Vinhas.

Segundo esse assentado, tudo começou no acampamento do Churí, município de Vila Velha, onde mais de trezentas famílias ocupavam uma área com aproximadamente seiscentos hectares, todas organizadas pelo MST, que tinha o trabalho de base, realizado pelas equipes de frentes de massa. *“Uma frente firme, formada pelos militantes do movimento”* – enfatiza, e faz questão de mostrar a força do MST em todo o estado: “Mas você pensa que isso começou aqui? Que nada! A luta foi realizada lá em cima pras bandas de Vila Velha, Vitória, Serra, e depois, mais pro lado de cá, norte do estado como Pinheiros, Conceição da Barra, Jaguaré e São Mateus”.

Segundo seu Arlindo, ainda do acampamento do Churí, muitos desafios foram enfrentados pelos camponeses acampados, principalmente na dificuldade de manter a garantia de *“alimentação para tanta gente acampada”*. Dona Iolanda se recorda que muitas lutas foram travadas com o governo do estado e com o INCRA. Foram realizadas negociações e os alimentos foram disponibilizados e entregues pelo próprio governo no acampamento.

Passado algum tempo no Acampamento Churí, e visando as estratégias de luta pela conquista da terra, a direção do MST, em conjunto com a própria coordenação do acampamento, decidiram coletivamente mover o acampamento para outra área, na sede do

INCRA, em Cariacica, onde permaneceram por um curto período. Depois de constantes negociações, o acampamento foi novamente deslocado para a Fazenda Fonte Limpa, onde foram levadas todas as famílias que formavam o acampamento do Churi. Ali os camponeses enfrentaram muitas dificuldades, sobretudo para conseguirem os chamados serviços intermediários (“bicos”), bom como o acesso a água potável até mesmo para o uso comum.

Com o aumento consecutivo das dificuldades no acampamento, dentro da Fazenda Fonte Limpa, a coordenação decidiu desmontar o acampamento, seguir para outra área, montando uma logística de transporte estrategicamente vinculada às formas organizativas, com o objetivo de garantir a segurança de todo o grupo de trabalhadores sem terra.

Em todos os apontamentos dos novos destinos das áreas de montagem dos acampamentos, sempre um grupo pequeno e restrito formado apenas por integrantes da coordenação do MST e do acampamento, tomavam as decisões sobre o destino do grupo, buscando territórios favoráveis ao processo de luta e a conjuntura momentânea. Assim, seguiu do acampamento da Fazenda Fonte Limpa, município de Serra para a Fazenda Itaúnas, no município de Conceição da Barra.

O acampamento da fazenda Itaúnas foi reforçado com a vinda de mais vinte famílias, provenientes de Pedro Canário, Pinheiros e Montanha. Estas se integraram ao acampamento que ganhava mais força. Foi ali, segundo seu Angelino, que os camponeses começaram a fazer coletivamente diversos plantios das chamadas “lavouras brancas”, ou seja, o plantio de culturas com ciclos produtivos curtos, como feijão, batata, milho, abóbora e outros. *“Então a alimentação das famílias estava garantida”*, diz seu Angelino.

“Mas nem tudo foi um mar de rosas”, garante seu João. Ele conta que com o crescimento do acampamento, houve uma *“diversificação muito forte na cultura e no modo de socialização entre as famílias”* e isso foi gerando alguns conflitos internos. Para sanar essas dificuldades iniciais, a coordenação em comum acordo com os acampados, implantou um processo de formação política para as famílias, embora não resolvesse de fato todos os problemas sociais e estruturais do acampamento.

O enfrentamento com a força policial estabelecida pelo estado foi conduzido sempre de forma estratégica pelos acampados, não deixando transparecer quaisquer tipos de desorganização, e ou apresentação de lideranças individuais, evitando assim possíveis repressões aos coordenadores do movimento e do acampamento.

E assim foi mantido o grupo de trezentas famílias que formava o acampamento que se manteve unido por seis meses. Enquanto isso, as negociações entre o INCRA e o MST prosseguiram, sendo, mais tarde formalizadas, chegando a um acordo: a compra da Fazenda

Itaúnas.

Feito a aquisição da Fazenda Itaúnas pelo INCRA e constatado que a área não era suficiente para assentar todas as famílias, foi definido coletivamente, que se faria um sorteio. Desta forma, na área da Fazenda Itaúnas só seria possível assentar 63 famílias, respeitando todas as regras sociais e ambientais vigentes, e assim foi feito o sorteio, e formalizado o Assentamento Paulo Vinhas. As outras famílias que estavam no acampamento, foram encaixadas em diversos outros acampamentos já em andamento pelo Estado do Espírito Santo, e posteriormente assentadas em outros municípios.

O Assentamento foi batizado com esse nome em homenagem a um ambientalista que foi assassinado no município de Vila Velha e era conhecido pelo trabalho realizado em defesa do Meio Ambiente, mais precisamente da reserva de Jacarenema na Barra do Jucu e da reserva que hoje tem seu nome entre os Municípios de Vila Velha e Guarapari.

Paulo César Vinhas era um homem que conhecia e apoiava a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e participava sempre de ocupações realizadas pelo MST, onde dava apoio na interlocução com outras organizações sociais, muitas vezes viabilizando doações de alimentos e materiais importantes para a manutenção e organização dos acampamentos. Paulo Vinhas, foi um sindicalista muito atuante também nos movimentos sociais urbanos, sempre com um discurso voltado à preservação ambiental, se tornou conhecido em todo o Estado do Espírito Santo, dando palestras e participando de eventos com temáticas ligadas às questões ambientais.

4.2 O Assentamento Paulo Vinhas e seu entorno

Antes de tratarmos da pesquisa consideramos importante destacar alguns aspectos sobre a metodologia escolhida para conhecer a realidade pesquisada, ou seja, o estudo qualitativo descritivo. A proposta da pesquisa constou, inicialmente, de um estudo teórico baseado nas referências bibliográficas a fim de se compreender a estrutura agrária no Brasil e no Espírito Santo e, posteriormente, sobre a dinâmica da agricultura camponesa e sua relação conflituosa com o monocultivo do eucalipto no norte do Estado, mais especificamente no entorno do Assentamento Paulo Vinhas, localizado no município de Conceição da Barra.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante como métodos de coleta de dados primários no assentamento Paulo Vinhas.

Optamos pelo estudo da realidade sócio-histórica do Assentamento Paulo Vinhas,

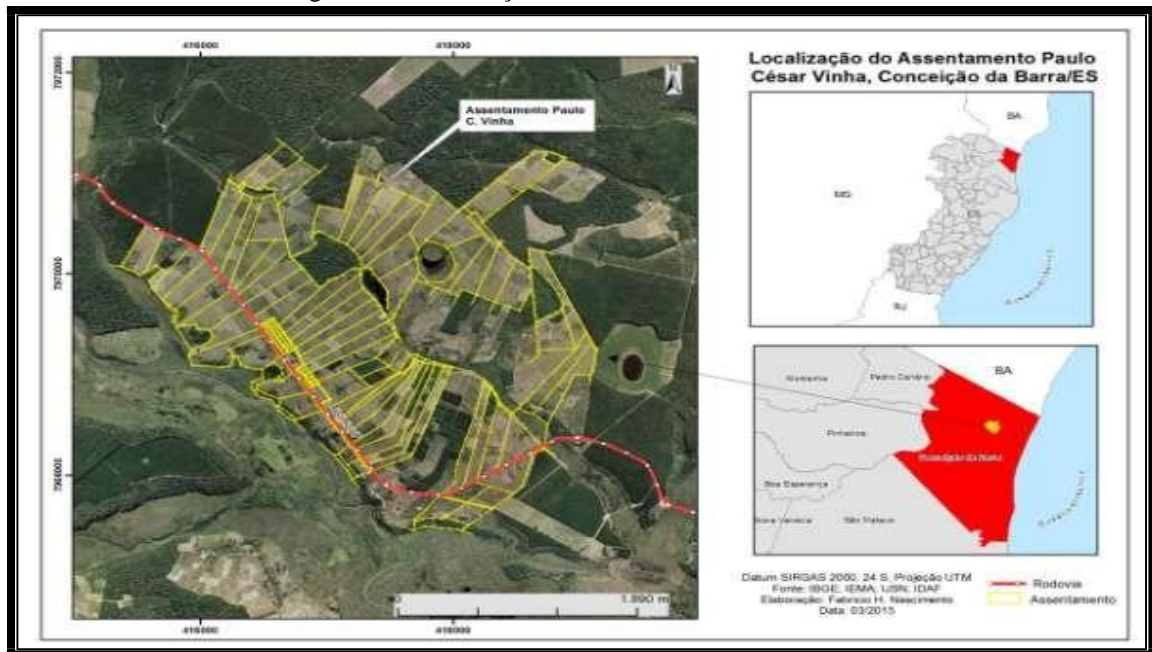
tendo em vista a sua relação contraditória direta/indireta com o agronegócio em desenvolvimento no município de Conceição da Barra, especificamente no entorno da comunidade assentada. Assumindo tal perspectiva na pesquisa, considera-se fundamental relacionar o plano da realidade, o plano histórico, ambos comprometidos com uma teia de relações contraditórias, por conflitos, envolvendo a construção, a negação, e a transformação dos fatos, simultaneamente.

Segundo Frigotto (1989), é necessário ir para além da aparência dos fenômenos, do movimento visível, da representação enquanto fenômeno meramente subjetivo. Assim, é fundamental a busca pela essência dos fenômenos do mundo real, no conceito, na consciência, na teoria e na ciência. Ainda, resgatando a afirmativa de Schaff (1995), uma visão dialética de pesquisa implica necessariamente o resgate do papel ativo do sujeito no processo do conhecimento e a assunção da premissa de que a fronteira entre o individual e o universal é fluida.

Após as considerações sobre a metodologia da pesquisa daremos destaque aos aspectos históricos do assentamento. No dia 05 de dezembro de 1995, foi criado o assentamento Paulo Vinhas, conquistado pela luta do MST. O Assentamento localizado em meio à monocultura de eucalipto e a onze quilômetros da vila de Pescadores de Itaúnas, mantém o sistema de agrovila que consiste na construção de casas em complexos habitacionais rurais, dentro da área territorial do assentamento, e com uma infraestrutura mínima de serviços públicos, como água encanada, luz, escola, onde abriga sessenta e três famílias. Em Paulo Vinhas foi possível desenvolver a produção camponesa, destacando-se a produção de milho, feijão, mandioca, batata, frutas e a criação de pequenos animais. Com o passar dos anos, alguns agricultores passaram a cultivar mamão, café, maracujá, coco e pimenta do reino, embora em pequena escala. O assentamento trouxe de volta algo que no município de Conceição da Barra estava se perdendo: a dinâmica da agricultura camponesa.

Para investigar a construção da territorialidade camponesa no Assentamento Paulo Vinhas, partiu-se da realidade concreta das famílias camponesas, suas histórias de vida, além dos desafios com a labuta, resistência e luta cotidiana no intuito de permanecer na terra e manter sua cultura que traduz o modo de vida camponês. Entre as inúmeras famílias que foram expropriadas do campo nos últimos anos no Espírito Santo estão as 63 famílias que resistiram e lutaram pela terra e hoje integram o Assentamento.

Figura 8 – Localização do Assentamento Paulo Vinhas



Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Floresta do Espírito Santo – IDAF (1997).

O assentamento encontra-se, geograficamente inserido na Mesorregião Administrativa Litoral Norte do Espírito Santo (Figura 1), que por sua vez, conforme o IBGE, compõe a Microrregião Homogênea de São Mateus-ES, que é formada pelos municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário, Jaguaré e São Mateus.

O número de famílias assentadas no Assentamento Paulo Vinhas é de sessenta e três famílias sendo que originárias dos estados da Bahia e Espírito Santo, conforme quadro 4, abaixo. Atualmente vivem mais cinquenta famílias, formadas por filhos de assentados, parentes e/ou mesmo agregados que moram e trabalham juntamente com as famílias do Assentamento Paulo Vinhas.

Quadro 4 – Origem das famílias do Assentamento Paulo Vinhas/ES

LOCALIDADE	ESTADO	Nº FAMÍLIAS
Conceição da Barra	ES	10
Pedro Canário	ES	8
São Mateus	ES	7
Pinheiros	ES	8
Colatina	ES	7
Linhares	ES	6
Montanha	ES	6
Jaguaré	ES	2
Serra	ES	3
Vila Velha	ES	3
Itaenga	BA	1
Mucuri	BA	2
TOTAL		63

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor (2017).

As características naturais que compõem o Assentamento Paulo Vinhas, são tipificadas pela ocorrência de terras quentes, planas, secas, fracas, enxutas e de textura fina, tipicamente das planícies litorâneas.

A fórmula Agroclimática da localidade onde se encontra o Assentamento Paulo Vinhas, é caracterizado pela ocorrência de fenômenos climáticos inerentes às características regionais, sem haver riscos de geadas, um excedente hídrico anual de 11 mm com período úmido de 2 meses (Novembro e Dezembro), a temperatura média máxima dos meses mais quentes de 32,8 °C, o índice médio de umidade no verão (PP/ETP) é de 0,92, o período frio de 0 meses, zero horas de frio / ano, o déficit hídrico anual é estimado em 314 mm, sendo seco o período compreendido entre os meses de Maio e Junho, Agosto e Setembro (4 meses), apesar de apresentar variações bem complexas nos últimos três anos, e a temperatura média dos meses mais frios é de 15,0°C e o índice de umidade no inverno chega a 0,64 (PP/ETP). (COOPTRAES,2005)

Predominantemente, de acordo com o quadro 5, o relevo das terras do Assentamento Paulo César Vinha, localizado no município de Conceição da Barra- ES, caracteriza-se por ser suave ondulado (20 %) a forte ondulado (1,5 %), com expressivo percentual de áreas planas (78,5 %). (COOPETRAES, 2015)

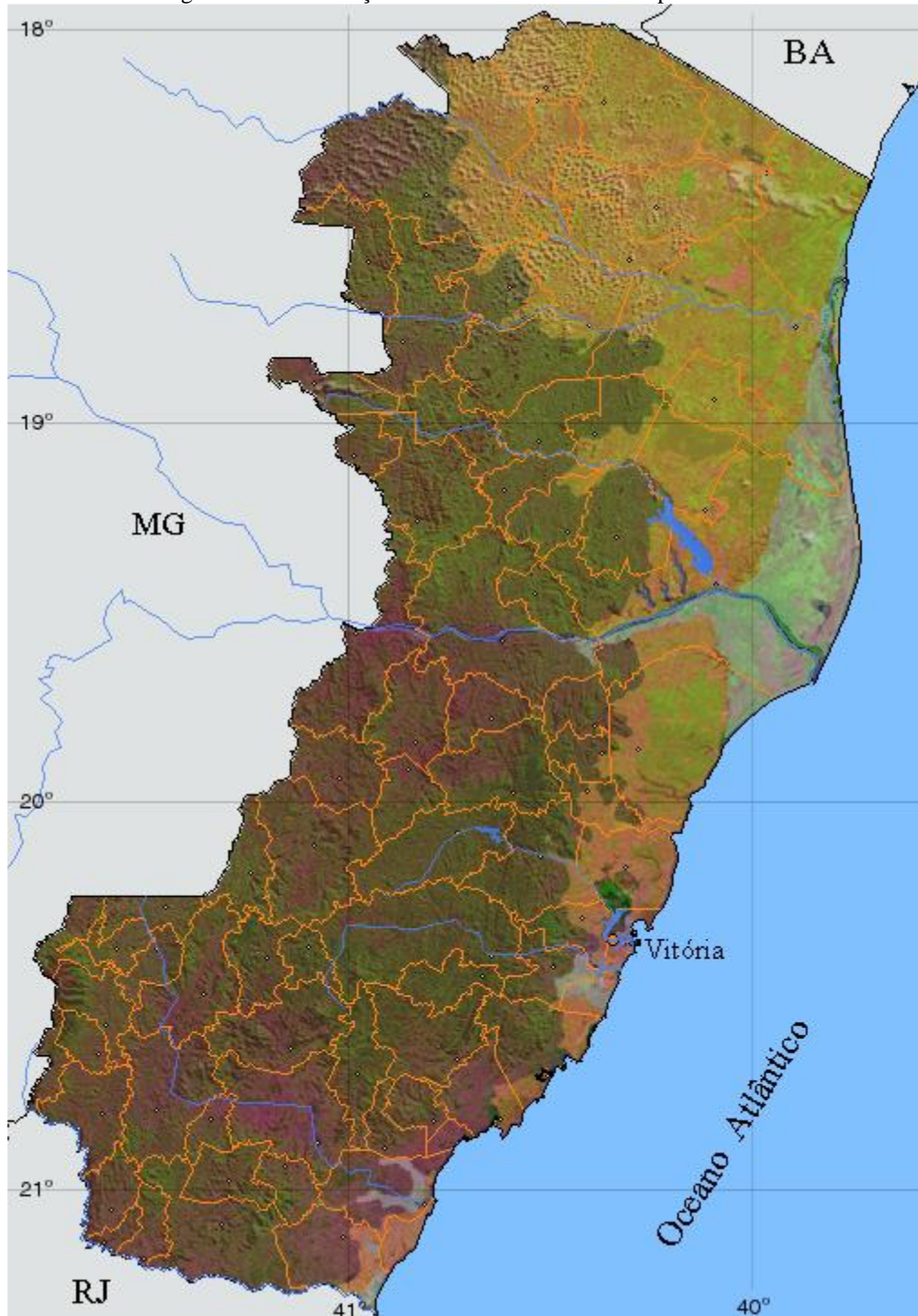
Quadro 5 – Classificação do relevo no Assentamento Paulo Vinhas

Classe de Relevo	Declividades (%)	Área (ha)	% da area
Plano	0 a 5	372,16	78,5
Suave ondulado	5 a 10	94,818	20,0
Forte ondulado	25 a 45	7,11	1,5
TOTAL		474,09	100%

Fonte: COOPTRAES (2005).

Na figura 9 temos as grandes unidades de relevo do ES. Ao norte onde está situado o Assentamento Paulo Vinhas. Ao sul se verifica a Região Serrana, em marrom, onde predominam os topos predominantemente aguçados. As maiores elevações localizam-se a oeste, na Serra do Caparaó (2.897m, Pico da Bandeira). A presença deste maciço é totalmente anômala em relação aos relevos adjacentes de altitude média e variada entre 300 a 1.000m. No centro do estado, a leste, estão os Tabuleiros Costeiros, que se caracterizam pelos relevos dissecados de topos aplainados com aprofundamento dos vales, variando de 20 e 40 m em média, sua altitude média varia entre de 16 a 45 m. Ao norte e nordeste, na área estudada, esta a Planície Costeira, área mais plana e baixa do rio Doce, com formações de manguezais e pelas praias distribuídas pelo litoral capixaba, a altitude é inferior a 15m.

Figura 9 – Classificação do Relevo do estado do Espírito Santo



Fonte: Embrapa (2000).

O contexto hidrográfico do Assentamento Paulo Vinha, (figura 2) está incluído na bacia hidrográfica do Rio Itanhas, estando servido de recursos hídricos, sendo dois açudes, dois córregos e duas nascentes permanentes. A utilização dos recursos hídricos, porém, não deve ser estimulada sem que haja um criterioso estudo técnico, que estabeleça quadros de demandas de abastecimento compatíveis com os diversos usos da água além do respeito às

áreas de nascentes que juntamente com as margens compõem o contexto das áreas de preservação permanente.

Quadro 6 – Disponibilidade de Recursos hídricos no Assentamento

Natureza dos recursos hídricos	Quantidade	Vazão (m ³ /s)
Nascentes	05	0,02
Rios	01	0,04
Córregos	04	0,02
Açudes	07	0,02
Poços	40	0,002
Fontessecas	02	0,00

Fonte: COOPTRAES (2015).

As condições naturais do Assentamento Paulo Vinhas são favoráveis a produção. Os Lotes de produção do Assentamento Paulo Vinhas são compostos de 10 hectares cada, já incluso as Áreas Permanentes de Proteção Ambiental – APP. Cada família assentada também, conta com uma área/quintal de 900m², na área de habitação denominada Agrovila, onde foram construídas as casas de moradia, que também conta com uma área social, onde fica a escola, posto de saúde, e área de lazer. Muitas famílias construíram suas moradias nos lotes de produção, deixando as casas na agrovila, geralmente para os filhos que se casam, ou em muitos casos parentes que também ajudam a desenvolver as atividades camponesas nos lotes de produção.

4.3 A organização da vida e da produção nos lotes

Como assim? Levitante colono?
 Pasto aéreo? Celeste curral?
 Um rebanho nas nuvens? Mas como?
 Boi alado? Alazão sideral?
 Milton Nascimento - Chico Buarque

No Assentamento a Agrovila consiste na destinação de uma área dentro do território do assentamento, destinado a construção das moradias num contexto habitacional, sendo que casa assentado tem sua área específica onde foram construídas as casas. Esta também tem sua área social, onde foi construída a escola Córrego do Cedo, uma Unidade de Saúde e área de lazer. A agrovila foi planejada para organizar as famílias dos assentados. Porém, de acordo com os assentados, o sistema impede as famílias de desenvolverem criações de animais domésticos e plantio de hortaliças, pois, da agrovila até o outro extremo do Assentamento, em algumas situações as áreas distanciam algo em torno de 6 km, isso impossibilita a ida dos Assentados ao lote de trabalho, para eles, os Assentados estavam sendo “bóias frias” no seu próprio lote de trabalho, já que a distância os impossibilita almoçar em casa e retornar ao

trabalho.

Algumas das casas fora da agrovila são de alvenaria com pisos de cerâmica e algumas com piso de chão batido, algumas têm banheiro, mas não existe infraestrutura de fornecimento de água e esgoto sendo os dejetos sólidos direcionados a “buracos negros”, não existindo, portanto, fossas sépticas.

Existe uma infra-estrutura razoável de estradas vicinais que servem ao Assentamento, mas estas se tornam intrafegáveis em alguns pontos com mais declive em situações de chuvas intensas.

A produção no Assentamento tende à criação de gado leiteiro, na sua maioria, e ao plantio de mandioca para subsistência e venda in natura. Uma questão, porém, que preocupa é a proliferação do plantio de eucalipto que pode ser aderido pela maioria dos Assentados - caso não se realize este Plano de Recuperação como possibilidade de dar sustentabilidade econômica, social e financeira às famílias Assentadas.

Os caminhos discutidos para a organização da produção partem do princípio de que na medida em que as famílias assentadas estejam aproximadas em sua moradia e organizadas em núcleos de base, serão propostas formas de cooperação que ajudem as famílias a garantirem a subsistência e a produção para o mercado. Evidentemente que as formas de cooperação a serem propostas poderão se destinar a outros campos das necessidades humanas além do econômico. Certamente necessidades no campo social poderão ser solucionadas com a prática do mutirão.

Os meses do ano que os Assentados mais trabalham na terra são agosto a abril, pois são períodos que mais chove na região, conseqüentemente, aumenta a oferta de trabalho, como no plantio, adubação e capina das lavouras. O período que eles trabalham fora vai de abril a julho: saem para colher café em outros municípios como: Jaguaré, Sooretama, Linhares, São Mateus e São Gabriel.

Até o ano de 2013, conforme dados do setor de educação do MST-ES, as famílias do Assentamento Paulo Vinhas compunham sua renda mensal da seguinte forma: 7,3% desenvolvendo atividades produtivas dentro dos limites do assentamento, 10,4% da venda da sua força de trabalho fora do Assentamento, 80,4% da venda da produção agrícola das famílias Assentadas, e uma pequena parcela dos camponês, cerca de 7,9 % são de aposentados, mesmo que estes ainda tenham uma pequena produção complementar de alimentos em suas propriedades.

Os lotes de produção do Assentamento Paulo Vinhas, são desmembrados da Agrovila, sendo que em alguns casos estes lotes ficam até seis quilômetros de distância. Muitos

assentados se deslocam para seus terrenos de moto, outro de bicicleta diariamente. Quinze famílias abandonaram as casas da agrovila, construíram e mudaram suas moradias para os lotes de produção, e se percebe que é um desejo de também muitas outras famílias. Muitos assentados, durante o diálogo da entrevista se colocam no desejo de também morar em seus lotes de produção, alegando apenas as dificuldades de ainda ter moradias construídas nestes espaços.

Nesses casos dos camponeses que moram na agrovila e se deslocam para seus lotes de produção diariamente, estes em sua totalidade construíram pequenas palhoças, geralmente uma cobertura com telhas, e as vezes com palha, onde costuma descansar no horário do almoço, e ou mesmo guardar ferramentas e outros materiais utilizados no manejo da produção.

Figura 10 – Palhoça construída no lote de produção



Fonte: O autor (2017).

Os sistemas de produção existentes são uma mescla das expressões tipicamente regionais da agricultura de “commodities”, diversificada, em detrimento da agricultura de subsistência. A inexistência de recursos para investir em máquinas e implementos agrícolas, limita a capacidade produtiva da mão-de-obra existente, ocorrendo a exploração de poucas áreas de terras por família.

Como citado, a ocupação da mão-de-obra disponível se dá, de forma significativa dentro do Assentamento. A renda obtida por meio da prestação de serviços externos ocorre

pelo envolvimento dos assentados com a colheita de café, roçada de pastagens, serviços de ajudante de pedreiro, na maior parte do seu tempo, as mulheres permanecem nos afazeres domésticos, envolvidas com os filhos menores e em idade escolar.

A composição da renda média mensal por natureza de atividade apresenta valor da Renda Mensal Média por família na ordem de R\$ 712,77, sendo as fontes mais expressivas, a “Venda da produção” e o “Trabalho realizado fora do Assentamento” com os valores na ordem de R\$ 573,12 e R\$ 74,00, respectivamente. Dados do IBGE mostram que houve grande erradicação da população rural em todos os distritos do município de Conceição da Barra, o que ocasionou vários impactos na produção de alimentos pela agricultura camponesa.

Entretanto, ressaltamos que o acesso à terra é o primeiro passo necessário para a redução pobreza, o acesso ao capital torna-se cada vez mais importante para assegurar a competitividade da empresa rural (quer individualmente, cooperativa ou coletiva) e sua capacidade de gerar renda adequada para seus membros gerando assim a persistência da pobreza rural. Toda esta política, montada e formalizada pelo capitalismo, é de fácil observação no Assentamento Paulo Vinhas, dentre seus camponeses, há uma variação no sistema de produção e qualidade de vida das famílias que vão se estruturando aos poucos em associações, cooperativas, a fim estabelecer modos de produção coletivos, com possibilidades de alcançar mercados consumidores para a produção de pequena e média escala.

A realidade do Assentamento Paulo Vinhas, tem em vista a sua relação direta/indireta com o agronegócio em desenvolvimento no município de Conceição da Barra, especificamente no entorno da comunidade assentada. A trajetória do assentamento, leva em conta especificamente o trabalho desenvolvido com a agricultura camponesa e sua relação com o trabalho convencional capitalista, representado pelo agronegócio. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes na situação apresentada.

Nesta concepção de realidade, de mundo, de vida, de homem e de sociedade os camponeses aos poucos vão assumindo tais perspectivas. Segundo Frigotto (1989), é necessário, pois, ir para além da aparência dos fenômenos, do movimento visível, da representação enquanto fenômeno meramente subjetivo. Assim, é fundamental a busca permanente pela essência dos fenômenos do mundo real, no conceito, na consciência, e na prática, no caso das atividades camponesas dos trabalhadores rurais do Assentamento Paulo Vinhas.

A maioria das famílias assentadas do Assentamento Paulo Vinhas se reconhece e se identifica como praticantes da agricultura camponesa, entretanto, cinco famílias trabalham fora do assentamento, em empresas terceirizadas da Fíbria, ligada ao agronegócio do eucalipto, que detém a maior parte do território em todo o município de Conceição da Barra.

“Ainda acho que preciso trabalhar fora, pois minha renda aqui na roça ainda é insuficiente para nós viver”, disse o camponês assentado Izaque Maia. Em sua fala ele afirma que: *“o plantio de eucalipto ainda é o serviço mais fácil aqui na região”*.

Porém, as demais 58 famílias se reconhecem e procuram fortalecer a identidade camponesa: *“É daqui que tiro todo o meu sustento, pego a feira de Pedro Canário no sábado e de Itaúnas toda sexta-feira”*, afirma dona Neuza, que junto com o esposo e os filhos produzem hortaliças, verduras e com a comercialização complementam a renda, pois também tem outros plantios de pimenta-do-reino e café.

Cerca de 60%, ou 35 das famílias têm uma renda complementar como aposentadorias, pensões, o que os favorece nas despesas. Alguns são idosos que dependem de remédios, assistência médica e despesas extras que surgem no cotidiano.

As famílias pesquisadas entendem que ainda é pequena a diversidade da produção camponesa no Assentamento. Para essas famílias os camponeses ainda precisam se conscientizar que é possível tirar quase todo o sustento da produção nos lotes, desde que estas se entendam, e coloquem as “mãos na massa”, como dizem.

Há uma diversificação de atividades na propriedade das famílias assentadas. Em parte dos casos de familiares que executam algum tipo de produção específica, como somente uma roça de pimenta do reino, e/ou mesmo de café, que são as culturas mais comuns no assentamento. Também tem famílias que trabalham compartilhando as tarefas na produção, como as lavouras de maracujá, e as chamadas lavouras brancas, como o milho, o feijão, o amendoim, a mandioca. Existe um número aproximado de 13% das famílias que tem apenas uma pessoa da família trabalhando, em dois casos a mulher que se responsabiliza por todas as tarefas no lote de produção. Trata-se das camponesas dona Iolanda (esposa de seu Arlindo) e dona Rute (esposo de seu Zé Preto).

Figura 11 – Dona Iolanda em seu lote de produção



Fonte: O autor (2017).

A esse respeito, Dona Iolanda, numa das conversas destaca: *“meu marido já tá de idade, com problemas de saúde, ainda não conseguiu aposentar, então tenho que se virá. Ele não aguenta mais”*.

Em outro momento da conversa, ela afirma: *“no aperto dá pra gente passar, nossas despesas não são tão alta, e eu não posso sair daqui pra trabalhar fora. E de quase tudo tenho um pouco aqui na roça. Já mim livra de comprar muitas coisas”* A diversificação da produção também é um fator importante para a sustentabilidade da família, assim como ela mesma deixa muito bem claro em seu depoimento. Dona Iolanda tá sempre do lado do esposo, o Sr. Arlindo, que se orgulha de sua identidade camponesa. *“aqui tenho o prazer de trabalhar no que é meu, e fico muito feliz quando vejo as plantas produzindo, tendo um pouquinho de cada coisa”*. Completa no final da entrevista.

Figura 12 – Sr. Arlindo trabalhando no lote de produção da família



Fonte: O autor (2017).

Esse dado reafirma a identidade e a resistência camponesa no compromisso e desejo de tirar da terra todo o seu sustento.

Em outros casos como o do senhor José Rodrigues, conhecido popularmente na comunidade como *Zé Preto*, destina seu trabalho na comercialização de hortaliças e verduras. Seu lote localiza-se às margens de uma represa construída pelo INCRA, logo após a posse da terra. Seu *Zé Preto* vende boa parte da produção de porta em porta, no distrito de Itaúnas, patrimônio próximo ao assentamento, e garante que sua renda é muito satisfatória. Segundo ele, com a labuta diária dele e da esposa, a família passou a ter uma “*vidinha tranquila*”, afirma. No entanto, a dona Rute, esposa desse assentado, atua diretamente com a produção de hortaliças (prepara a terra, a sementeira, adubação, desbastes, irrigação e colheita). É ela que arca com a responsabilidade na manutenção da diversidade das hortaliças e verduras.

4.3.1 Experiências organizativas das famílias assentadas

Não há uma uniformização nos termos sociais e econômicos em relação ao padrão de vida das famílias do Assentamento Paulo Vinhas. Há famílias com elevados níveis de produção, outras que, mesmo tendo a mesma quantidade de terra não conseguem produzir suficientemente. Isso fica bem claro na realidade do Assentamento. Vários são os elementos que levam a esse desequilíbrio social e econômico dentro de uma comunidade camponesa. Uma das

explicações se baseia justamente no fato de algumas famílias já ter criado uma cultura do “ter que trabalhar fora”, acham que devem ter uma renda mesmo que pequena garantida.

Algumas famílias têm algum tipo de complemento da renda com alguém da casa aposentado, pensionista, e ou mesmo aluguel de algum imóvel fora do assentamento. Nesses casos não há questionamentos em relação a perda da mão de obra familiar no lote, não implicando na disponibilidade do trabalho no lote.

4.3.2 O trabalho camponês no e fora do Assentamento

Para as famílias camponesas do assentamento Paulo Vinhas, o grande objetivo da formação do acampamento e a conquista da Terra foram para nela trabalhar e tirar dali sua sobrevivência. Muitas famílias moravam em bairros periféricos de Vila Velha, outros de São Mateus, assim como demais cidades vizinhas. Algumas famílias trabalhavam de meeiros em fazendas da região, mas não detinham quaisquer direitos na produção, e/ou mais de produzir até mesmo hortaliças em seus quintais, sob pressão da não aceitação de seus patrões.

Por outro lado, as cinco famílias que trabalham fora do Assentamento alegam que não tem produção suficiente ou quase que nada que dê para o sustento, dependem diretamente de trabalho fora do assentamento. Estas trabalham em fazendas ou empresas de plantio e cultivo de eucalipto da região.

“É preciso trabalhar, pois não consigo produzir nada pra vender aqui, nem para comer tem o suficiente aqui na roça”, relata o senhor João, um dos antigos moradores do assentamento, que detém pouca produção em seu lote.

Figura 13 – Sr. João secando pimenta-do-reino



Fonte: O autor (2017).

Neste caso os filhos também trabalham periodicamente para pequenos camponeses em torno da comunidade, geralmente na produção de media escala de maracujá, café e maracujá.

Com base nesses relatos, podemos deduzir que as cinco famílias não concebem a agricultura camponesa como a principal fonte de renda, mas, um complemento. Esse dado compromete a concepção e o sentimento de pertença, já que, além de atuarem fora dos seus lotes de produção, se transformam em mão de obra do agronegócio, do latifúndio e do grande capital, uma contradição evidente.

A agricultura camponesa se caracteriza, como sabemos, na diversificação da produção para a subsistência, porém ainda não é uma realidade de todas as famílias assentados. Nem todas compreendem a dimensão da agricultura camponesa em todo o seu contexto.

Figura 14 – Glorinha, esposa do sr. João



Fonte: O autor (2017).

Algumas famílias alegam que compraram o lote, e que não tiveram acesso a recursos de custeio e ou mesmo de investimento. Dizem que por conta própria não conseguem avançar no preparo, cultivo e produção de alimentos.

Porém, existe um fator animador: muitos filhos de camponeses, sobretudo os alunos que estudam na escola do assentamento, já se sentem identificados com a agricultura camponesa, ajudando os pais na propriedade em todos os processos da produção e compartilhando a renda. Muitos jovens têm suas próprias lavouras, dentro da propriedade da família, numa produção independente dos pais, utilizando novas técnicas e novos aprendizados.

Em contrapartida, outros filhos de assentados, vivem à procura de outros meios de sobrevivência, vendendo mão de obra em diárias para os proprietários da região, outros até trabalhando de carteira assinada em empresas de monocultura de eucalipto que se estabeleceram em todo o território do município de conceição da barra. Atualmente, 60% dos filhos dos as-

sentados dão continuidade ao trabalho na produção desenvolvida pelos pais, construíram moradias e formalizaram famílias dentro da propriedade.

É visível que no assentamento Paulo vinhas houve uma melhor organização nos aspectos estruturais de cada família, no que se diz respeito à produção, e isso vem se fortalecendo com a contribuição dos filhos, filhas, que muitas vezes se casam, e se integram ao trabalho da família na produção.

Figura 15 – Jovem Jean Carlos no lote de produção da família



Fonte: O autor (2017).

Os pais sempre procurando passar suas experiências para os filhos garantem as futuras gerações uma cultura camponesa, e muitas vezes inovada pelos conhecimentos dos filhos, vem procurando garantir a resistência da agricultura camponesa nos aspectos da diversificação da produção de alimentos e nas práticas inovadoras da agroecologia, produzindo, respeitando e cuidando da preservação para com todos os recursos da natureza.

4.4. Estratégias de resistência das famílias assentadas frente à monocultura de eucalipto

O fato de existirem agricultores trabalhando fora do assentamento é preocupante, pois se trata de trabalhadores vinculados às práticas da monocultura, em fazendas de plantio, e/ou em empresas que prestam serviços nessas atividades, desde o preparo do solo até a colheita. Por ser uma cultura de manejo intenso e duradouro, os contratantes das empresas e fazendas, buscam mão-de-obra barata no assentamento, motivados pela proximidade, diminuindo o custo como transporte dos trabalhadores.

Não se pode afirmar que no assentamento falte mão de obra para todos os jovens e camponeses que ainda não tenha em seus lotes de produção, para justificar o trabalho fora. Há famílias compostas por cinco pessoas, por exemplo, onde três trabalham fora, e em sete famílias que apenas o pai trabalha fora do assentamento. Também existem casos onde o camponês trabalha parte dos dias da semana em seu lote, e outra parte vende suas diárias para pequenos agricultores da região, assim como já mencionado anteriormente.

Muitas famílias se sentem na obrigação de uma busca de uma renda extra, devido considerar sua renda ainda pequena em comparação com as despesas familiares. Mas esse trabalho ainda não consegue tirar a identidade de camponês desses trabalhadores do assentamento Paulo Vinhas. Pois estes, como informado anteriormente, apenas querem uma melhor estruturação financeira de sua família, considerando assim essa renda vinda de fora da comunidade, muito importante para este complemento.

É muito clara a visão que a comunidade tem em relação ao avanço da monocultura de eucalipto na região. A maioria compreende que esta monocultura só traz consequências e interferências drásticas para a comunidade. Para os camponeses toda a comunidade sofreu diretamente com o desaparecimento das águas nos principais córregos da região, e até mesmo no principal rio regional abaixou consideravelmente seu nível d'água, e isso traz uma queda profunda na produção camponesa do assentamento. Com o aumento dos plantios e manejos do eucalipto na região, a demanda por água também acompanhou esse crescimento, pois as empresas irrigam parte de seus plantios, e para isso faz captação e água nos córregos da região, muitas das vezes sem qualquer tipo de autorização ambiental. Outro fator também é a poluição das águas por agrotóxicos, diminuindo assim também as possibilidades de pesca de alguns camponeses, que utilizam desta atividade como complemento alimentar.

Há interferências na produção, pois camponeses deixam de trabalhar em seus lotes de produção para vender sua mão-de-obra para empresas ligas à monocultura do eucalipto. Além disso, muitas famílias também acabam querendo de certo modo imitar algumas práticas do manejo da monocultura, mesmo estes sem quaisquer possibilidades de acesso aos mesmos processos de mecanização, mas que traz para sua propriedade o uso intensivo de práticas prejudiciais ao meio ambiente, tais como derrubada de matas nativas, as denominadas reservas de proteção permanente- APP, o que é uma prática que desconsidera as leis de proteção ambiental.

Muitos camponeses se preocupam com as questões ambientais na comunidade do Assentamento Paulo Vinhas, restabelecendo as áreas de preservação ambiental das nascentes, com algumas práticas, como o cercamento com arame farpado, para evitar o pisoteamento de

gado, reflorestando com plantios de árvores nativas da região, e também o uso menos intenso de agrotóxicos nos manejos e práticas da produção. Ainda há uma prática de uso de produtos químicos em várias etapas da produção, porém em algumas famílias é visível a percepção da procura e uso de produtos orgânicos, principalmente na parte de adubação, como o uso de esterco de galinha e bovinos, além de caldas orgânicas produzidas pelos camponeses.

A camponesa Andréia, assentada se mostrou muito satisfeita com o resultado da adubação orgânica, e mostra com orgulho a produção de maracujá, que segundo ela é uma cultura que traz um retorno financeiro bom e rápido, sendo uma das produções mais comuns do assentamento Paulo Vinhas. *“Aqui temos que produzir sem prejudicar muito o meio ambiente, e tentamos todos os esforços para não usar esses produtos químicos fortes, que além de prejudicar a natureza, ainda faz mal pra gente”*, destaca a assentada Andréia, mostrando também uma boa diversificação da produção em seu lote.

Figura 16 – Andréia mostrando a sua produção de maracujá



Fonte: O autor (2017).

Há uma esperança na mudança quase que completa no manejo da agricultura camponesa no assentamento, de forma que todo processo de proteção esteja ecologicamente correto, respeitando e garantindo a preservação permanente dos recursos naturais da região por todas as gerações futuras.

Posto tais considerações, o relato dos camponeses do Assentamento Paulo Vinhas destaca oito possíveis estratégias de resistência, como alternativas viáveis e eficientes de autonomia, autosuficiência e otimização da produção e fortalecimento da agricultura camponesa.

a) Realizar Mutirões: para o assentado Mazinho, uma das estratégias de resistência é retomar a prática de mutirão e trabalho coletivo nos lotes dos assentados: *“No passado as pessoas se reuniam e ninguém passava necessidade. Um ajudava o outro e todo mundo lucrava. Hoje em dia o individualismo e a ambição tomaram o lugar da coletividade. O ter ficou maior que o ser, daí...”* - explica Mazinho.

b) Conhecer Experiências que deram certo: Valcir Pinheiro, assentado que participou de todo o processo de luta e conquista do assentamento Paulo Vinhas, destaca que todos os assentados precisam conhecer os lotes do próprio assentamento, e tirar lições das experiências de produções que estão no caminho certo. *“Aqui tem assentado que é exemplo de produção, tem de tudo em seu lote. Porque outros não conseguem, temos que ver porque não, e em que temos tendo dificuldade, trocar experiências entre nós aqui mesmo”*.

Com base neste relato, podemos notar que há uma necessidade de mais diálogo entre os camponeses, no sentido de fortalecimento da coletividade entre as estratégias de manejos da produção do assentamento.

c) Assistência técnica: O assentado Frederico relata que há uma falta de compromisso do poder público responsável pelo assentamento em manter a assistência técnica para garantir um melhor aproveitamento dos tratos e manejos da produção:

Figura 17 – Camponês assentado Frederico na colheita de café



Fonte: O autor (2017).

“Faz tempo que não temos nenhum tipo de assistência técnica aqui neste assentamento. É um descaso. Aqui é um perguntando o outro o que fazer quando precisa de

alguma adubação, ou dar alguma doença nas plantas. Sempre pergunto o rapaz da loja onde compro adubos, mas eles não sabem direito, não sabe como é a terra aqui”.

d) Novos projetos de investimento: Para seu Angelino, a falta de oferecimento de créditos para investimentos também dificulta a produção e a renda dos assentados, para ele é necessário a elaboração de novos projetos de investimento para ampliar o sistema produtivo do assentamento, tornando-o autosuficiente.

Figura 18 – Sr. Angelino no manejo da produção de pimenta-do-reino



Fonte: O Autor (2017).

“Nós assentados temos um limite muito pequeno de crédito que podemos pegar no banco. E enquanto não pagamos, eles não querem liberar mais. Ai fica difícil. Não tem jeito, para conseguir produzir aqui, tem que ter dinheiro. Sempre precisa de alguma coisa na lavoura, e nem sempre temos o dinheiro para poder comprar na hora que precisa”.

Podemos ver que é fundamental a garantia de créditos agrícolas para os camponeses, para que estes se fortaleçam e resistam aos entraves financeiros de custeamento da produção. Segundo ele, os camponeses assentados são prejudicados pela política fundiária que dificulta o acesso aos créditos, mas estabelece uma relação de favorecimento e benefícios para as empresas da monocultura do eucalipto.

“A Fibria, a Suzano pega milhões no banco, na hora que quiser, e ainda tira nossa água aqui. Nunca vi ninguém comer eucalipto. Eles não gostam de nós”. Acusa em tom de

nervosismo e resistência em estabelecer seu território mesmo diante das dificuldades que pontua.

e) Diversificação de culturas: Um fator importante é a garantia da diversificação das variedades na produção.

Figura 19 – Dona Tereza, assentada com sua moradia no lote de produção



Fonte: O autor (2017).

“Nois não temos garantia de preço de nada. Hoje a pimenta ta um preço, amanhã ta outro, então temos que ter o café, o maracujá, se não ficamos sem o dinheiro da feira [...]”, relata dona Tereza, que se orgulha por ajudar o marido nas lavouras de café, pimenta do reino, maracujá, além de cultivarem variedades de hortaliças. Como as colheitas tem seu tempo determinado para cada cultura durante o ano, se faz a necessidade desta diversificação, garantindo uma produção durante todo o ano, fazendo assim que as famílias tenham uma renda periodicamente, sem a necessidade de buscar fora do assentamento quaisquer tipo de complementação de renda financeira.

f) Formação: política, educacional, agroecológica: Para os assentados através da formação constante é possível fortalecer o processo de resistência das famílias camponesas, produzindo com responsabilidade social e ambiental. Para estes camponeses a escola da comunidade desenvolve um importante papel no contexto educacional para a consolidação do campesinato no assentamento Paulo Vinhas.

“A escola podia fazer mais pela formação, não adiante ficar no ler, escrever e fazer conta, precisa investir na formação política, abrir os olhos dessa juventude, falar dos agrotóxicos que muita usa até no assentamento, falar da crise política. A escola pode fazer

mais sim” – critica o assentado Liderico.

Para a assentada Neide a escola tem cumprido sua função. Mas precisa se fortalecer:

“Nossos meninos que estudam aqui na escola do assentamento já sabe que não pode abandonar a terra, e que é eles que vão tomar conta de tudo isso aqui”. Dona Neide, acredita na formação proporcionada pela escola e que através desta os filhos vão permanecer na terra para dar continuidade ao trabalho dos pais.

“A escola ajuda a conscientizar as pessoas para a ecologia. Nós temos que cuidar das matas, para ter água para irrigar nossas plantas, e nem todos tem essa consciência aqui”, reforça o jovem Jean Carlos, filho de assentado, que junto com sua família cuida de uma lavoura de café e maracujá, além da produção constante das “lavouras brancas”, com plantio de feijão, milho e amendoim.

g) Associativismo: Para Jaelson, camponês assentado, a saída está no associativismo. Segundo ele, é preciso criar formas coletivas de ajudar os agricultores a adquirir ferramentas e máquinas e assim baratear o custo de produção.

“Se nós não criar uma associação dos assentados aqui, estamos enrolados. Vai chegar uma hora que não vamos aguentar pagar trator, pois tá tudo caro, e às vezes nem achamos alguém pra arar uma terra pra gente”.

Fica claro que uma das principais dificuldades de produção dos assentados, é justamente o custo de produção com o preparo do solo para o plantio. Desta forma, o relato demonstra que é possível garantir e fortalecer o processo de resistência através da coletividade e da formação do associativismo. Desse modo, será possível atender a necessidade de expandir a produção do assentamento.

“É preciso juntar todos nós aqui do assentamento, criar uma associação forte, e tenho certeza que iremos conseguir um trator, que vai ajudar todo mundo aqui. Ninguém vai passar mais sufoco, mas é preciso união de todos aqui”, relata o assentado seu Manoel. O camponês reforça a necessidade de formação da associação dos camponeses assentados do Assentamento Paulo Vinhas. Os camponeses já estão em processo de formação e registro da tão sonhada Associação do Assentamento.

h) Agroindústria: A produção de frutas já se destaca como uma cultura do assentamento, principalmente na produção de maracujá e acerola. Mas ainda não há um processo efetivo de agroindústria que atenda a demanda dos camponeses. Tem apenas um assentado que construiu por conta própria uma pequena despoldadeira de frutas, onde fabrica as polpas. Esse produtor faz a comercialização na própria região, por se tratar de uma produção pequena.

“Se nós tivesse aqui uma agroindústria, tenho certeza que ia aumentar a renda de muitas famílias, pois tem gente que deixa perder acerola, e muitas outras frutas em seus lotes. Temos que conseguir uma despoldadora grande, que dê conta desta produção”, relata o senhor Luiz, assentado e proprietário da máquina despoldadora de frutas.

Com base nesses relatos, podemos constatar que a resistência camponesa é um processo constante e em permanente resignificação. Evidentemente que as dificuldades não serão sanadas em curto prazo, mas, a organização do assentamento, que inclui os camponeses, os educadores e a militância do MST, tem proposto diversos debates para o enfrentamento da situação.

O associativismo, por exemplo, não é mais um projeto distante, já faz parte de uma realidade. Posteriormente, com o pleno funcionamento da Associação, será possível verificar/avaliar, na prática, o que avançou e seus resultados dentro e fora do Assentamento.

As oito estratégias são sinalizações que a Escola e o setor de Formação do MST não podem perder de vista, afinal, elas constituem exatamente o diagnóstico realizado pelos protagonistas da luta pela terra, representado aqui pelos camponeses do Assentamento Paulo Vinhas.

Ora, muitas vezes apenas lamentamos a situação, não buscamos propostas e nem apontamos saídas. Como sabemos, o objetivo principal deste estudo foi o de verificar o processo de resistência da agricultura camponesa e suas interfaces com a organização social e espacial na resignificação da territorialidade e da luta pela terra. Então podemos dizer que neste estudo foi possível perceber a resignificação da luta dos camponeses do Assentamento Paulo Vinhas, trabalhadores que além de terem lutado contra o capital para garantir sua sobrevivência, persistem em busca de garantias e qualidade de vida digna para a família e para a comunidade como um todo. Eles confirmam o problema, mas apresentam, eles próprios a solução: oito estratégias essenciais para a consolidação da resistência e do sentimento de pertença. Uma história que ainda não terminou, mas pede novos capítulos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da investigação foi direcionado o olhar do pesquisador ao modo de vida camponês, à vida individual, familiar e coletiva, e à luta pela conquista e permanência na terra, levando em conta os desafios com o trabalho, a produção e os resultados oriundos desse labor cotidiano, numa realidade repleta de contradições, como a presença do latifúndio e a monocultura burguesa no entorno do Assentamento.

Ao longo desse olhar, foi possível avaliar o projeto de Reforma Agrária e o conjunto dos problemas que se desdobra. Sendo assim, verificou-se no período estabelecido como recorte temporal, que a luta pela permanência na terra tem sido reforçada pela presença incômoda do grande capital (representado pela intensa monocultura de eucalipto para as empresas de celulose da região), sobretudo em zonas fronteiriças com as comunidades camponesas, como é o caso do Assentamento Paulo Vinhas, totalmente cercadas de plantio do eucalipto.

Para essas famílias a luta se dá em dois momentos distintos, quais sejam: a luta pela terra para garantir a sua conquista, e a luta na terra para permanência na terra conquistada. Enquanto lutam, constroem e reconstroem seu modo de vida, tendo como parâmetro o resgate da própria cultura e a adoção de novas práticas culturais inerentes ao seu modo de vida, além disso tendo que construir uma consciência de luta e de conquista realizada comunitariamente.

As reflexões acerca da construção da territorialidade no Assentamento se deram pela necessidade de compreender as inúmeras indagações que marcaram a trajetória da pesquisa. Tais indagações surgiram nas histórias individuais e coletivas, na história do Assentamento como um todo, nos contatos com os grupos e com as famílias, sobretudo em relação ao trabalho com a agricultura camponesa nos lotes do assentamento e da relação desses camponeses com o agronegócio que se desenvolve no entorno da comunidade, e da cultura do plantar e do colher. Assim, a agricultura camponesa do assentamento Paulo Vinhas, se fortalece, criando resistência a tantas outras investidas do capital da indústria da celulose. Trabalhar na produção em seus lotes, e não buscar a chamada “renda extra” fora do contexto do campesinato, exige de cada trabalhador assentado a assumir sua verdadeira identidade, de trabalhador camponês e trabalhadora camponesa, que com muito orgulho sabe que é preciso praticar a agricultura, produzir em seus lotes, para enfim se fortalecer e garantir a sobrevivência da família com dignidade e garantia de uma vida tranquila e equilibrada.

Ao longo do trabalho percebeu-se que na pesquisa social é impossível a detecção de uma realidade completa. Parafraseando Bourdieu (1997) é preciso que o pesquisador se

aproxime do objeto, deseje conhecê-lo, mesmo sabendo que jamais estará à sua altura, pois, não é intenção do pesquisador fixar o que se move.

Assim, no decorrer dos trabalhos de pesquisa, muitos conhecimentos foram sendo construídos, diante de realidades diferentes em ambientes tão próximos, onde os objetivos, os sonhos, as perspectivas e os desejos de cada família se assimilavam, e aos poucos se contemplam numa dimensão de fortalecimento de uma comunidade com o anseio de fortalecimento da agricultura camponesa.

Os objetivos deste foram se tornando uma realidade a cada descoberta, a cada conversa com os camponeses do Assentamento Paulo Vinhas. Foi nos ambientes mais hostis, no meio das lavouras de café, das plantações de pimenta-do-reino, nas roças de maracujá, que verdadeiras histórias de vida foram sendo contadas, pelos verdadeiros protagonistas da luta, conquista e construção de uma comunidade camponesa.

Muitas são as histórias, e mesmo tendo aqueles que ainda “não se confiam” em tirar seus sustentos dá própria terra, através na prática da agricultura de subsistência, sabem por si só que é preciso se desafiarem, e garantir a prática e a produção camponesa em seus lotes, produzir alimentos saudáveis para suas famílias. A busca de recurso em empregos foi do assentamento, e mais em empresas ligadas ao agronegócio da monocultura do eucalipto na região não trouxeram quaisquer benefícios para as famílias que ainda dependem dessa renda “de fora”. Essas famílias ainda têm muito o que fazer para se garantirem sua subsistência em seus lotes de produção, o que a cada dia se torna uma importante necessidade.

Por outro lado, tem lotes de produção com uma diversificação e variedades ampla nas lavouras em seus respectivos lotes. Uma verdadeira prática a agricultura camponesa. Trabalhadores que se enchem de orgulho para mostrar e falar se suas produções, de seus lotes, de sua casa, de sua família, da vida no Assentamento Paulo Vinhas.

É assim, que através deste estudo podemos mostrar que os projetos de Reforma Agrária, não só dão uma nova chance para muita gente, mas reestabelece uma cultura, um vínculo entre o querer e o fazer, do contato com terra e do respeito ao meio ambiente, de viver e sobreviver no campo, da agricultura camponesa.

E diante de tantos desafios de estruturação e fortalecimento da agricultura camponesa, a comunidade do Assentamento Paulo Vinhas, desde seu processo de criação, já se propunha numa consolidação da agricultura camponesa. Percebemos que muitos desafios ainda estão se consolidando, mas que o Assentamento Paulo Vinhas tem um grande potencial de se fortalecer enquanto comunidade camponesa com uma resistência formalizada perante aos anseios do capitalismo que os rodeios em toda sua vizinhança.

Nesse sentido o estudo ora apresentado buscou reconhecer a necessária convivência entre o pesquisador e os pesquisados e nessa convivência coube-lhe localizar os percalços enfrentados para dialogar com a realidade.

REFERÊNCIAS

- ALAMADA, V. P. F. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo 1850-1888**. 1981. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1981.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1., p. 9-32, 2004.
- ALMEIDA, C. A. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**: memórias. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.
- ANTONGIOVANNI, L. L. **Território como Abrigo e Território como Recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo**. 2006. 173 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.
- BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 35, n. 3, p. 107-132, 1973.
- BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2004.
- BITTENCOURT, G. A. M. **Café e modernização** (o Espírito Santo no século XIX). Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.
- BORGO, I.; BRÍGIDA, L.; PACHECO, R. J. C. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. EDUFES, 1996.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BUFFON, J. A. **O café e a urbanização do Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.
- CAMPOS JUNIOR, C. T. **A formação da centralidade de Colatina**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.
- CASALI, D. **A reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade**. Espírito Santo: Editora Ltda, 2005.
- CASTRO, J. S. **Mudanças na composição da produção agrícola no estado do Espírito Santo no período de 1970 a 2010**. 2013. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade de Ensino Superior de Feira de Santana, Bahia, 2013.

CICCARONE, C.; SCARIM, P. A Aracruz Celulose e a questão indígena. *Cidadania: o exemplo canadense*. **Território**, v. 1, n. 2, p. 43-62, 1997.

CIDAP/MST. **A luta pela terra**. Cadernos de Formação. São Paulo: Secretaria do MST, 1993.

COOPTRAES - PROGRAMA PRA/INCRA-SR20: INCRA. Plano de Recuperação do Assentamento Paulo Vinhas, Conceição da Barra, Espírito Santo, 2005

DADALTO, G. G.; BARBOSA, C. A.; SARTORI, M. Aptidão florestal das terras do Estado do Espírito Santo. **Vitória: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico**, 1992.

DALCOMUNI, S. M. **A implantação da Aracruz Celulose no ES—principais interesses em jogo**. 1990. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

DE ARRUDA, Z. A. As cidades na região de expansão do agronegócio e as novas territorialidades. **Revista Territorium Terram**, v. 1, n. 1, p. 72-94, 2012.

DESC. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Rede Deserto Verde. Deserto Verde. Publicação FASE-ES, 2003.

EGLER, W. A. Contribuição ao estudo da caatinga pernambucana. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 13, p. 577-590, 1951.

FABRINI, J. E.; PAULINO, E. T. (Orgs). **Campesinato territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979–1999)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. **Microfísica do poder**, v. 23, p. 179-191, 1979.

FREIRE, A. M. A. **Paulo Freire: uma história de vida**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

FREITAS, S. N. Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. Inclusão. **Revista da Educação Especial**, v. 2, n. 3, 2006.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991

- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GOLDENSTEIN, L. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio**. Uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização de madeira por indústrias de celulose. 1975. Tese de Livre Docência (Departamento de Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.
- GOMES, P. C. C. A dimensão ontológica do território no debate da cidadania: o exemplo canadense. **Território**, v. 1, n. 2, p. 43-62, 1997.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **A Produção do Espaço Capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.
- INCRA – ES. **Dados sobre o número de assentamentos**, 2005.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986
- KOHLHEPP, G. **Agrarkolonisation in Nord-Paraná**. Wirtschafts- und sozialgeographische Entwicklungsprozesse einer randtropischen Pionierzone Brasiliens unter dem Einfluss des Kaffeeanbaus. Wiesbaden, 1975. (Heidelberger Geographische Arbeiten 41)
- KOHLHEPP, G.; BLUMENSCHNEIN, M. Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Território**, v. 5, n. 8, p. 47-66, 2000.
- LACOSTE, Y. **A Geografia, isso serve antes de mais nada para fazer a guerra**. São Paulo: Editora Papirus, 1988.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. **Grundrisse**. In: MARX, K. Obras Completas: consequências sociais do avanço tecnológico. São Paulo: Edições Populares, 1980.
- MATTELART, A. **Comunicação-mundo**. História das ideias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MEIRELES, D.; CALAZANS, M. **H2O para Celulose X Água para todas as línguas**. O conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A. FASE-ES, 2006.
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) -

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MORANDI, A. M. Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo, 1930 – 1970. Vitória: UFES, 1984.

MOREIRA, J. R.; GOLDEMBERG, J. The alcohol program. **Energy Policy**, v. 27, n. 4, p. 229-245, 1999

MOTTA, N. C. **As consequências da implantação do Projeto Aracruz Celulose sobre a estrutura econômica da "Região de Linhares**. 1982. Dissertação – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1982.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, E. W. **Mucurici e Montanha**: a ocupação de parte dos “Terrenos Desconhecidos”. Montanha: Editora do Autor 1999.

OLIVEIRA, J. T. **História do Estado do Espírito Santo**. Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

OLIVETTI, M. P. A., Camargo, A. M. M. P. Evolução da composição agrícola no Brasil e principais regiões produtoras. **Revista Agricultura**, v. 39, n. 1, p. 155-177, 1992.

PEREIRA, G. H. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1998.

PETRONE, P. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1962.

PIZETA, J. A. **Formação e Práxis dos Professores de Escolas de assentamentos: A Experiência do MST no Espírito Santo**. Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.

POLINSKI, A. C.; PINTO, L. B. Política Agrária no Brasil. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/site/politica-agraria-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Editora Record, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A reinvenção dos territórios** – a experiência da América Latina e do Caribe. Grupo Hegemonia e Emancipações – Clacso (mimeo), 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geografando**. Nos Varadouros do Mundo. Rio de Janeiro, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERVE/FFLCH/USP, 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de Sem-Terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem ao interior do Brasil**: Espírito Santo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 – 1930)**. Vitória: EDUFES, 1996

SALGADO, I. M. **O Reflorestamento com Eucaliptos em Conceição da Barra (ES)**: Aspectos dos Impactos Ecológicos e Econômico-Sociais. 1995. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SALGADO, I. M.; ALIMONDA, H. A. Reflexões sobre o monocultivo de eucalipto em Conceição da Barra (ES-Brasil) e seus efeitos desfavoráveis. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 523-544, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, et al. (Orgs.) **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SAUER, S. Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural. **Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v.3, 1998.

SCOLFARO, J. R. **O Mundo Eucalipto**: Os Fatos e Mitos de sua Cultura. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2008.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, M. Z. **Espírito Santo**: Estado, interesse e poder. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SILVA, M. Z. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. 1986. 822f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada: a re(construção) do território camponês em Promissão**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SIMONETTI, M. C. L. **Territorialidades em tensão: a reprodução social no Assentamento Reunidas/Promissão/SP**. Mimeo. 2014.

SIQUEIRA, J. D. P. et al. Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da Aracruz Celulose S. A. e Extensão Florestal do Governo do Estado do Espírito Santo. **Revista Floresta**, v. 34, n. 2, p. 3-67, 2004.

SMITH, A. **Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

STEDILE, J. P. **A questão agrária e o socialismo**. In: STEDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

THOMAS, P. D. **The Gramscian Moment**. Hegemony, Philosophy and Marxism. Leiden: Brill, 2009.

TORRES FILHO, A. E. M. **O Espírito Santo e seu Desenvolvimento Econômico**. Tip. Lit. Pimenta de Mello, 1913.

VALADÃO, V. A. **Assentamentos e Sem Terra: a Importância do papel dos mediadores**. Vitória: EDUFES, 1999.

VIA CAMPESINA. Plataforma política para a agricultura brasileira. 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Via-Campesina-apresenta-plataforma-para-agricultura>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

VILAÇA, A. De Veneza a Filadélfia - Homens condenados ao desterro na sofrida marcha da civilização rumo ao norte do Estado. **Revista Século Diário**, v. 3, n. 29, p. 6-20, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Revista do IFCH/UNICAMP**, v. 3, n. 2, p. 25-54, 1996.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DA AMERICA LATINA E CARIBE-
MESTRADO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS - IPPRI**

QUESTIONÁRIO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.

Os métodos utilizados foram na perspectiva da pesquisa qualitativa, com levantamentos de dados, utilizando os recursos que serão abordados a seguir:

Questionário de entrevista:

- 1) Você exerce o modelo da agricultura camponesa? () sim () não
 - 2) Quantas pessoas trabalham com a agricultura na sua família?
 - 3) Você consegue sobreviver da própria produção na comunidade?
 - 4) Em que a agricultura camponesa contribui para a comunidade?
 - 5) Existem pessoas da comunidade trabalhando fora do assentamento por falta de trabalho nesta comunidade?
- 5.a Quantas pessoas da família trabalham fora do lote? Em que atividades? Porque?

- 6) Que interferências você acha que o agronegócio do eucalipto tem sobre a vida dos camponeses deste assentamento?
- 7) Há um equilíbrio nos padrões de vida entre as famílias dos trabalhadores deste assentamento? Porque?
- 8) De que maneira a agricultura camponesa consegue propor ações que levam a manutenção do meio ambiente?
- 9) Os conhecimentos relacionados ao cultivo da terra são passados para as gerações futuras? Quais?
- 10) Como você avalia os efeitos da degradação do solo causado pela produção agrícola?
- 11) O que você sugere que poderia ser feito para diminuir os impactos causados pelos meios de produção agrícola da comunidade?

Agradeço sua participação!

Na sua pesquisa tem que estar atento para essas questões:

Quem? - (Quem eu pesquiso)

Porque? (Porque eu pesquiso)

Quando? (Qual o período)

Como? (Como eu realizo a pesquisa)